



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de Marília

Gabriella Maria Maziero Narduci

**As reformas de base da educação no Governo João Goulart  
(1961-1964)**

Marília  
2025

Gabriella Maria Maziero Narduci

**As reformas de base da educação no Governo João Goulart  
(1961-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Conselho de Curso de Ciências  
Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da  
Universidade Estadual Paulista – UNESP -  
Câmpus de Marília, para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Sociais

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angélica Lovatto

Marília  
2025

N224r

Narduci, Gabriella Maria Maziero

As reformas de base da educação no Governo João Goulart (1961-1964) / Gabriella Maria Maziero Narduci. -- , 2025  
95 f.

Trabalho de conclusão de curso ( - ) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara,

Orientadora: Angélica Lovatto

1. Ciência Política. 2. João Goulart. 3. Reformas de base. 4. Reforma educacional. I. Título.

Gabriella Maria Maziero Narduci

**As reformas de base da educação no Governo João Goulart  
(1961-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais

Banca Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angélica Lovatto  
UNESP - Câmpus de Marília  
Orientadora

Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes  
UNESP - Câmpus de Marília

Prof. Dr. Marcos Del Roio  
UNESP - Câmpus de Marília

Marília, 11 de dezembro de 2025

*Dedico à minha avó Teresa (in memoriam),  
a minha maior apoiadora nessa vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, e acima de tudo, é necessário agradecer à minha mãe, Cristiane, e ao meu pai, Renato, sem eles nada seria possível, agradeço imensamente por apoiarem, incentivarem e me fornecerem sempre a oportunidade de estudar. Com todos os percalços nessa jornada de 5 anos, vocês estiveram sempre ao meu lado.

Ao meu vô Fernando e à minha vó Lena, que também sempre me apoiaram e desejaram me ver formando, e aqui estou também por vocês.

Às minhas companheiras da vida universitária e da vida em geral, Bedendo, Debora, Samantha e Mari sem vocês tudo isso faria muito menos sentido, e tudo o que enfrentei nesses anos seria insuportável sem vocês ao meu lado.

À Bedendo por estar comigo desde o dia 1 de faculdade, teria uma infinidade de coisas para dizer, mas me atentarei ao fato de que diante tudo o que passamos, você foi a pessoa que estava ao meu lado em todos eles, me ouvindo, me aconselhando e me desejando sempre o melhor, desde o início, com os infinitos pedidos de esfirras na sua casa após um dia de trabalho e aula, até esses dias, com longos áudios sobre frustrações e conquistas. À Debora por ser o meu (e de todas nós) ponto de alegria e de conforto, estar ao seu lado é fácil e reconfortante, você sempre foi nosso elo de harmonia e sem você tudo teria desmoronado completamente, te agradeço por todos os abraços, ajudas, apoios e companheirismos. À Sam pelo companheirismo, pela preocupação, cuidado, por você sempre fazer questão de se fazer presente, e claro, a nossa forma particular de dizer que nos amamos muito (discutir por tudo rs), que presente gigantesco foi ter te encontrado nessa vida. Não importa o quão longe ou próximas estamos ou estaremos em qualquer momento, vocês são os amores da minha vida, e eu nunca serei grata o suficiente por terem me encontrado.

À Mari tenho muito a agradecer, durante a minha estadia aqui de 4 anos, em absolutamente todos os âmbitos da minha vida você esteve presente, agradeço por ter me encontrado no início da graduação, quando trabalhamos juntas e compartilhamos o dia a dia sem nem saber que em um futuro muito próximo estaríamos dividindo um apartamento e consequentemente a vida, sem a menor

dúvida essa foi uma das melhores coisas que me aconteceu nesses anos, não consigo nem imaginar como seria minha vida sem chegar em casa, ver novela, comer pastel, conversar por horas e muitas outras coisas que só fazemos juntas, além de, claro, ouvir todas as minhas lamentações acadêmicas, surtos e também alegrias. Faço também uma menção às duas gatinhas princesas que você me deu a honra de ser tia, sem elas os últimos anos teriam sido bem mais difíceis.

Eu tenho um orgulho imensurável de todas vocês, e as amo imensamente.

Estendo esse meu agradecimento a todos que estiveram comigo de alguma forma e tornaram meus dias melhores, Ana Bia, Nágila, Carobe, Ravi, Aretha, Caliel. Vocês são incríveis. E também aos meus amigos e família que estavam distantes geograficamente de mim, mas sempre por perto em pensamentos.

Agradeço ao meu companheiro Jonas, por todas as vezes que me ajudou lendo este trabalho com toda atenção e cuidado do mundo, e por ser um ouvinte impecável diante as discussões que eu travava comigo mesma a partir das leituras e escritas.

Aos professores e suas aulas, que contribuíram não só para essa monografia se consolidar, mas para a minha formação como cientista social e professora, obrigada. Mas em especial, à minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angélica Lovatto, que me conquistou lá no meu 2º ano com suas aulas que me fizeram brilhar os olhos, obrigada por me ajudar a traçar o caminho que eu procurava e não sabia nas Ciências Sociais.

Agradeço também ao Prof. Dr. Marcos Del Roio e ao Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes por aceitarem fazer parte da banca.

E por fim, a todos que de alguma maneira contribuíram para a minha permanência na Unesp, nunca me esquecerei de nada e nem de ninguém, e que esse registro de palavras eternize minha gratidão.

*Optei pelo combate aos privilégios e pela iniciativa das reformas de base, por força das quais se realizará a substituição de estruturas e instituições inadequadas à tranquila continuidade do nosso progresso e à instauração de uma convivência democrática plena e efetiva.*

*João Goulart, 15 de março de 1964, mensagem ao  
Congresso Nacional*

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto o Governo João Goulart (1961-1964) e as Reformas de Base, em particular, a Reforma Educacional, com o objetivo de compreender a essência de sua aplicação diante do contexto histórico em que ela se inseria. A partir da perspectiva metodológica materialista, que abrange a totalidade dentro de uma análise da realidade histórica brasileira, o trabalho tem como suposto a definição do caráter do capitalismo dependente, presente nos países latino-americanos que consequentemente demonstra como o ensino é programado para ser o principal meio de tornar hegemônica a cultura da classe dominante e assim fazer a manutenção contínua do sistema capitalista dependente. Portanto, esse trabalho analisa a articulação almejada pelo governo Jango em torno da reforma universitária, considerada uma necessidade estrutural, ou seja, uma demanda essencial que organizaria um novo funcionamento da educação, levantando a hipótese de que a mudança estrutural no setor, contribuiria em grande medida para a tomada de consciência de classe que já estava em trânsito no período. Além disso, esse trabalho defende que essa foi, naquele período, uma das únicas alternativas postas em prática no Brasil, que possibilitaria um ensino popular com uma tentativa real de incluir a totalidade da classe trabalhadora. Assim, esta pesquisa pretende ser um instrumento de reflexão teórico/prática, que coloca em análise histórica a realidade brasileira, evidenciando as contradições que culminaram no golpe de 1964.

**Palavras-chave:** João Goulart; Reformas de Base; Reforma Educacional; Reforma Universitária.

## **ABSTRACT**

This research focuses on the João Goulart government (1961-1964) and the Basic Reforms, particularly the Educational Reform, aiming to understand the essence of its application within the historical context in which it was situated. From a materialist methodological perspective, encompassing the totality within an analysis of Brazilian historical reality, this work assumes the definition of the character of dependent capitalism present in Latin American countries, consequently demonstrating how education is programmed to be the main means of making the culture of the dominant class hegemonic and thus ensuring the continuous maintenance of the dependent capitalist system. Therefore, this work analyzes the articulation sought by the Jango government around university reform, considered a structural necessity, that is, an essential demand that would organize a new functioning of education, raising the hypothesis that the structural change in the sector would contribute greatly to the class consciousness that was already underway during that period. Furthermore, this work argues that this was, at that time, one of the only alternatives implemented in Brazil that would allow for popular education with a real attempt to include the entire working class. Thus, this research aims to be an instrument of theoretical/practical reflection, which historically analyzes the Brazilian reality, highlighting the contradictions that culminated in the 1964 coup.

**Keywords:** João Goulart; Basic Reforms; Educational Reform; University Reform.

## RESUMEN

Esta investigación se centra en el gobierno de João Goulart (1961-1964) y las Reformas Básicas, en particular la Reforma Educativa, con el objetivo de comprender la esencia de su aplicación dentro del contexto histórico en el que se enmarcó. Desde una perspectiva metodológica materialista, que abarca la totalidad del análisis de la realidad histórica brasileña, este trabajo parte de la definición del carácter del capitalismo dependiente presente en los países latinoamericanos, demostrando así cómo la educación se programa como el principal medio para imponer la cultura hegemónica de la clase dominante y, por ende, asegurar el mantenimiento continuo del sistema capitalista dependiente. Por lo tanto, este trabajo analiza la articulación que el gobierno de Jango buscó en torno a la reforma universitaria, considerada una necesidad estructural, es decir, una demanda esencial que organizaría un nuevo funcionamiento de la educación, planteando la hipótesis de que el cambio estructural en el sector contribuiría significativamente a la conciencia de clase que ya se estaba gestando durante ese período. Además, este trabajo argumenta que esta fue, en aquel momento, una de las pocas alternativas implementadas en Brasil que permitiría una educación popular con un intento real de incluir a toda la clase trabajadora. Esta investigación se propone como instrumento de reflexión teórico-práctica, analizando históricamente la realidad brasileña y destacando las contradicciones que culminaron en el golpe de Estado de 1964.

**Palabras clave:** João Goulart; Reformas Básicas; Reforma Educativa; Reforma Universitaria.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - CENSO ESCOLAR DE 1964 - BRASIL	34
Tabela 2 - POPULAÇÃO - ANALFABETISMO (1960)	35

## LISTA DE SIGLAS

<b>ANL</b>	Aliança Nacional Libertadora
<b>AP</b>	Ação Popular
<b>CASES</b>	Campanha de Assistência aos Estudantes
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
<b>CGT</b>	Comando Geral dos Trabalhadores
<b>CNTI</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
<b>CONTEC</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito
<b>CPC</b>	Centro Popular de Cultura
<b>ESG</b>	Escola Superior de Guerra
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FMP</b>	Frente de Mobilização Popular
<b>FPN</b>	Frente Parlamentar Nacionalista
<b>IBAD</b>	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
<b>IPES</b>	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
<b>ISEB</b>	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
<b>JOC</b>	Juventude Operária Católica
<b>JUC</b>	Juventude Universitária Católica
<b>JK</b>	Juscelino Kubitschek
<b>MEB</b>	Movimento de Educação de Base
<b>MEC</b>	Ministério da Educação

<b>MCP</b>	Movimento de Cultura Popular
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>ORM-Polop</b>	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
<b>PCB</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>PSD</b>	Partido Social Democrático
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro
<b>SUDENE</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
<b>SUPRA</b>	Superintendência da Política Agrária
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional
<b>UNB</b>	Universidade de Brasília
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1 - O CONTEXTO HISTÓRICO DAS REFORMAS DE BASE DO GOVERNO JOÃO GOULART.....</b>	<b>21</b>
1.1 - Brasil, país de capitalismo dependente.....	21
1.2 - O contexto internacional.....	26
1.3 - A efervescência política no Brasil pré-1964.....	29
1.3.1 - A importância do ISEB.....	30
1.3.2 - As frentes de mobilização da classe trabalhadora.....	33
1.4 - A crítica ao populismo.....	36
<b>2 - O GOVERNO JOÃO GOULART, AS REFORMAS DE BASE E O PLANO PARA A EDUCAÇÃO.....</b>	<b>39</b>
2.1 - O governo e a formulação das Reformas.....	41
2.1.1 - O Comício da Central do Brasil: a transparência das intenções.....	43
2.1.2 - A influência na formulação das Reformas.....	44
2.1.3 - A defesa das Reformas.....	46
2.2 - O conjunto das Reformas de Base.....	48
2.3 - A Reforma Educacional na mensagem ao Congresso Nacional.....	51
2.3.1 - O grau médio.....	55
2.3.2 - A reforma universitária.....	57
2.3.3 - O plano de erradicação do analfabetismo.....	61
2.4 - O Plano Trienal de Celso Furtado.....	63
2.4.1 - A Cepal.....	63
2.4.2 - Contextualização da Economia.....	66
2.4.3 - O Plano Trienal.....	69
<b>3 - AS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS E A ARTICULAÇÃO PARA O GOLPE..</b>	<b>72</b>
3.1 - A Reforma Educacional em prática!.....	73
3.2 - A articulação burguesa.....	80
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>88</b>

## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objeto as Reformas de Base do governo João Goulart (1961-1964), e o objetivo de compreender a essência de sua aplicação diante do contexto histórico em que elas se inseriram, analisando a articulação almejada, em particular, das reformas na educação, consideradas uma necessidade estrutural a partir da concepção de desenvolvimento elaborada como política de governo. Além de compreender as vias de efetivação da ascensão de Jango ao governo, passando por seus aliados, para explicar a motivação de instaurar a reforma educacional no país, examinar o porquê da não aplicação, que se relaciona diretamente com o caráter dependente que possui o capitalismo brasileiro, e a força da direita já articulada no período com a derrubada do regime democrático em 1964, interrompendo o governo João Goulart.

Estudar as potencialidades das mudanças estruturais, em particular, no setor educacional, é o cerne deste trabalho, justamente para demonstrar que a execução da reforma aqui estudada e utilizada como objeto desta pesquisa, seria (e ainda se faz) essencial na construção de uma educação que poderia alterar o destino do país, em um possível sentido rumo a táticas para as possibilidades de uma revolução brasileira. No recorte temporal, procuro demonstrar quais foram as táticas utilizadas na tentativa de pôr em prática uma pauta histórica da esquerda no Brasil da época: a revolução. E foi fundamentado nessa análise inicial, que surge para nortear este trabalho a pergunta: de que modo as Reformas, em particular, a educacional, poderiam contribuir à percepção da sociedade ao seu papel de classe?

Foi a partir dessas abstrações que procurei levantar ao longo desta pesquisa a hipótese de que a mudança estrutural na educação proposta nas Reformas de Base era a possibilidade de concretizar a - já em trânsito - tomada de consciência de classe da classe trabalhadora naquele período, visto o seu caráter de finalmente realizar a tentativa de incluir a totalidade da classe trabalhadora no sistema educacional do país. Ainda assim, é importante destacar que a Reforma seria um possível caminho para um ensino no Brasil de fato popular, e não um processo revolucionário, que exigiria, claro, muito mais que uma reforma na educação.

Há alguns estudos importantes no Brasil sobre o governo João Goulart, mas que ainda são insuficientes para tratar a dimensão que o pré-1964 teve no nosso país, estudos esses que analisam os marcos da política que culminaram no golpe militar de 1964, trabalhos de extrema relevância para construção da memória da história brasileira com a ruptura do regime democrático. Porém, estudar seu governo a partir de suas características, objetivos, propostas e atos políticos, junto às devidas críticas às contradições, seja o que de fato foi efetivado ou seus discursos, demonstra um outro resgate histórico pouco recordado ou até mesmo distorcido pelo senso comum que se dissemina ao longo dos anos, como um mero colapso do populismo, ou como uma fase transitória para a ditadura.

Sendo assim, essa pesquisa utiliza a técnica bibliográfica-documental para analisar os discursos políticos de João Goulart e as discussões teórico-metodológicas, tendo acesso a toda bibliografia que disserta sobre o assunto.

O trabalho se dá pela perspectiva metodológica materialista que abrange a totalidade dentro de uma análise da realidade histórica brasileira, a partir do arsenal metodológico no campo da reflexão teórica marxiana e marxista. Ou seja, a referência principal desta pesquisa é o próprio Karl Marx (1818-1883) para compreendermos o sentido de análise ao longo do trabalho, a partir de termos que serão explicitados a seguir.

O método dialético, do qual se trata este trabalho, é por objetivo veículo da revolução, pois investiga na teoria a maneira que ela se penetra nas massas, ou seja, a relação que ela estabelece com seu objeto<sup>1</sup>. Marx, em sua ilustre obra *O Capital*, em *Posfácio da segunda edição*, ao mencionar o movimento do método dialético, coloca que a teoria nada mais é do que a *reprodução ideal do movimento real* realizado pelo objeto de determinada pesquisa. E sobre o *ideal* explica: “[...] o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado” (MARX, 2013, p.90).

Esse conteúdo acerca do movimento do pensamento é de extrema importância para abrir caminho à questão da totalidade. Em *Introdução à Contribuição à crítica da economia política*, Marx desenvolve:

---

<sup>1</sup> NETTO, 2011, p.17.

[...] a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da percepção e da representação, mas é elaboração da percepção e da representação em conceitos. (MARX, 2008, p.259)

Nesse caso, o método em Marx aplicado à presente pesquisa investigará a relação da articulação política do período tratado junto à proposta da reforma universitária, buscando entender sua necessidade e como ela chegou ou chegaria na população brasileira, pautado no movimento do método utilizado.

O vínculo teoria-práxis se baseia na precisão de a prática atingir de maneira real a própria ação, pois sem isso, as massas não entenderiam por buscar objetivos diferentes, a partir da realidade, que tende o pensamento<sup>2</sup>. Pela materialidade histórica que atinge a vida dos homens em sociedade, isto é, pelo movimento do pensamento, esse estudo trata-se de descobrir as leis fundamentais que definem a ordem que a humanidade construiu historicamente para seus grupos sociais. Portanto, apenas na integração entre os fatos da vida social dentro de um movimento histórico, logo, em uma totalidade, que é possível o verdadeiro conhecimento desses fatos junto ao da realidade, e para compreender a base de seu método, destaco a seguinte passagem de Marx em *Miséria da filosofia*:

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial. (MARX, 2017, p.125)

O problema central da pesquisa marxista/marxiana, sempre será pautada na crise da sociedade burguesa a partir do modo de produção capitalista (NETTO, 2011), analisando criticamente a base estrutural que condiciona o povo e o limita, a partir do exame racional dos processos históricos reais. É importante salientar que o método estruturado por Marx para analisar a sociedade capitalista não foi um conhecimento abrupto vindo de ideias geniais, e sim segue uma tradição filosófica no qual sua crítica avançou fundada no acúmulo de conhecimento.

Outro autor importante para esta pesquisa é György Lukács (1885-1971), que em sua obra *História e consciência de classe*, apresenta também uma descrição

---

<sup>2</sup> LUKÁCS, 2003.

sobre o método no que tange a relação aparência *versus* essência, questão primordial em Marx:

Trata-se, antes, de investigar, tanto na teoria como na maneira como ela penetra nas massas, esses momentos e essas determinações que fazem da teoria, do método dialético, o veículo da revolução; trata-se, por fim, de desenvolver a essência prática da teoria a partir da teoria e da relação que estabelece com seu objeto. Pois, sem isso, esse 'apoderar-se das massas' poderia parecer vazio. (LUKÁCS, 2003, p.65)

Esse é um ponto fundamental no entendimento da tomada de consciência de classe, a essência deste trabalho, e em sequência, Lukács contribui ainda mais para o entendimento do vínculo teoria-práxis:

Somente quando a função histórica da teoria consistir no fato de tornar esse passo possível na prática; quando for dada uma situação histórica, na qual o conhecimento exato da sociedade tornar-se, para uma classe, a condição imediata de sua auto-afirmação na luta; quando, para essa classe, seu autoconhecimento significar, ao mesmo tempo, o conhecimento correto de toda a sociedade; quando, por consequência, para tal conhecimento, essa classe for, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecimento e, portanto, a teoria interferir de modo imediato e adequado no processo de revolução social, somente então a unidade da teoria e da prática, enquanto condição prévia da função revolucionária da teoria, será possível. (*ibid*, p.66)

No que tange o processo educacional, o método tratado pode ser exemplificado também em *A educação para além do capital*, do filósofo húngaro marxista István Mészáros (1930-2017), no qual mostra-se como funciona a articulação capitalista para cada indivíduo "internalizar" sua lógica como algo natural, principalmente por meio da educação, e denuncia o papel que assume a educação formal ao produzir a conformidade ou "consenso" por meio de seus limites institucionalizados e legalmente sancionados, e, portanto, exacerbando a sua incapacidade de fornecer algum tipo de alternativa emancipadora radical.

Essa ideia dominante da educação possui também um caráter extremamente contraditório em relação à história, pois ela ignora que os seres humanos são os agentes que formam concepções de mundo, até mesmo em favor do capital muitas vezes, como diz Mészáros:

a dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha da 'manutenção e/ou mudança' [...] de uma dada concepção de mundo que, por conseguinte, atrasará ou apressará a chegada de uma mudança social significativa (MÉSZÁROS, 2005, p.50)

Nesse sentido, o importante sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995) em seu texto intitulado *A Formação Política e o Trabalho do Professor*, realiza uma

valorosa conceituação acerca da palavra “mudança” e seu caráter fortemente político. Para a classe dominante, a mudança significa os modos de manter a dominação, pois sem ela, a própria dominação estaria ameaçada, não é difícil compararmos essa relação com a história do Brasil e seus diversos momentos de mudança, às vezes com a força destruidora da intervenção militar, mas na maioria das vezes com a manutenção da própria democracia burguesa. Já ao contrário, para a classe dominada, a mudança significa tentativas de romper a dominação, ou de diminuir o salto gigantesco da desigualdade posta pela burguesia, nesse caso específico, tratando da reforma, Florestan indica: “[...] O ‘mudancismo’, hoje, parece ser um sinapismo. Serve para tudo, inclusive para despertar falsas esperanças e crenças na transformação automática da sociedade. Mudança requer luta e luta social entre classes.” (FERNANDES, 2019, p.78).

Quando carregamos esse sentido para a reforma no contexto do governo de João Goulart e suas potencialidades, trago o cenário da possibilidade de entrada das forças revolucionárias a partir da execução e funcionamento destas, visto a proximidade do presidente com as lutas antiimperialistas<sup>3</sup>. Mas ao mesmo tempo é importante destacar as táticas de tentativa de aliança da classe trabalhadora com a burguesia interna antiimperialista, como possível motivo de não ter ocorrido a aplicação das Reformas, o que demonstra uma das principais contradições do governo.

Assim, o primeiro capítulo desta pesquisa busca resgatar o período pré-1964, e a fim de definir o verdadeiro conceito da reforma educacional, inicialmente traz obras extremamente relevantes para o pensamento intelectual marxista no país, que utilizam-se dessa mesma tradição para fundamentar suas teses acerca das crises capitalistas no Brasil, dado por importantes intelectuais brasileiros como Ruy Mauro Marini (1930-1997) e Caio Prado Júnior (1907-1990) sobre o caráter do capitalismo dependente presente nos países latino-americanos, e o papel que assume a educação como o principal meio de transpassar a cultura da classe dominante e

---

<sup>3</sup> Sobre o imperialismo é importante destacar Lenin em sua obra *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*. “Se fosse indispensável dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, seria preciso dizer que o imperialismo é o estágio monopolista do capitalismo. [...] Os monopólios, a oligarquia, a ânsia de dominação e não de liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado das nações mais ricas ou mais poderosas — tudo isso deu origem às características distintivas do imperialismo, que nos obrigam a defini-lo como capitalismo parasitário ou em decomposição.”(LENIN, 2021, p.75)

consequentemente fazer a manutenção contínua do sistema capitalista, nas palavras do importante revolucionário cubano Julio Antonio Mella (1903-1929): “[...] de onde saem seus servidores no amplo campo da ciência que ela monopoliza.” (MELLA, 1928). Depois, o capítulo recupera o contexto internacional da época, e no contexto nacional traz as principais frentes de mobilização que atuavam fortemente na luta da esquerda brasileira e posteriormente foram essenciais no incentivo e nas formulações das Reformas de Base, demonstrando o diálogo do governo tratado com as lutas trabalhistas.

No segundo capítulo partimos para as Reformas de Base em si, buscando interpretá-las a partir de seus formuladores e do projeto desenvolvimentista de Goulart, e como já destacado, focando principalmente na Reforma Educacional, na qual foi examinado o documento da *Mensagem ao Congresso Nacional* de 15 de março de 1964, onde Jango esclarece todas as mudanças estruturais que seriam implementadas a partir daquela data, e na educação, acolhe os projetos de Paulo Freire<sup>4</sup>, com um dos pilares da Reforma: o *Plano Nacional de erradicação do analfabetismo*, e de Anísio Teixeira<sup>5</sup> e Darcy Ribeiro<sup>6</sup>, com a criação da Universidade de Brasília, sendo este um dos mais importantes feitos deste período, que será amplamente explorado no capítulo. Esses projetos marcaram de forma decisiva as mudanças no setor que aconteceram em seu governo. Por fim, o capítulo procura evidenciar as contradições ocorridas no governo, destacando, principalmente, o Plano Trienal para a economia, e a contribuição dessas contradições para o golpe militar.

Em seguida, o terceiro capítulo busca dar continuidade na proposta do segundo capítulo em evidenciar os planos para a educação no período, trazendo os três principais projetos e experiências educacionais postas em prática: Os *Cadernos do povo brasileiro*, coordenado por Álvaro Vieira Pinto e Ênio silveira, a *História Nova*, coordenada por Nelson Werneck Sodr e, e a experiência de alfabetização de adultos feita na cidade de Angicos no Rio Grande do Norte a partir do método Paulo Freire de alfabetização. Junto a essas experiências, o capítulo pretende resgatar também as ideias e contribuições desses intelectuais no projeto de país que almejam alcançar. E por fim, a partir das experiências citadas, compreender como o

---

<sup>4</sup> Ler *Pedagogia do Oprimido* (1994).

<sup>5</sup> Ler *Educação não é privilégio* (2007).

<sup>6</sup> Ler *A Universidade Necessária* (1975).

certo “sucesso” delas puderam contribuir para a ira das classes dominantes culminando na destituição do governo, trazendo os desdobramentos da hipótese que coloquei no início, entendendo que a reforma educacional que estava sendo posta em prática ameaçava diretamente as frações de classes burguesas, já que o debate ideológico se ampliava e conseqüentemente a tomada de consciência de classe também.

## **1 - O CONTEXTO HISTÓRICO DAS REFORMAS DE BASE DO GOVERNO JOÃO GOULART**

Não é possível fazermos uma análise do que foi o governo João Goulart, e principalmente, o que foram as Reformas de Base, sem antes situar o impacto do que estava ocorrendo durante os 10 anos que antecederam o golpe de 1964. A partir da morte de Getúlio Vargas em 1954, a classe trabalhadora entra em convulsão, e o discurso classista emergido deste período se torna absolutamente insuportável para as classes dominantes, sendo possível provar este argumento pelas tentativas de golpe ocorridas no próprio 1954, na tentativa de impedimento da posse de Juscelino Kubitschek em 1955 e em 1961 com a implantação do regime parlamentarista que impedia João Goulart de tomar as plenas posses de seu governo.

Assim, neste primeiro capítulo, entenderemos a proximidade do governo tratado com a luta contra a dependência da América Latina. A partir do contexto do pré-1964 com os primeiros desdobramentos do pressuposto de que este período foi o momento mais próximo que o Brasil já esteve de justiça social, diálogo com as lutas trabalhistas (tanto rural como urbana), alicerçado do crescimento das Ligas Camponesas<sup>7</sup>, e principalmente o que será tratado neste trabalho, os estudantes, que através da União Nacional dos Estudantes (UNE), ampliaram radicalmente o discurso e suas mobilizações políticas com o debate que estava em pauta: o da revolução brasileira.

Dessa maneira, se faz substancial o entendimento de teorias da formação social brasileira e do contexto histórico do período do pré-1964, e qual foi a necessidade para a conjuntura social e política ao qual se construiu as Reformas, para que a análise aqui feita seja de fato compreendida em sua essência pelos leitores.

### **1.1 - Brasil, país de capitalismo dependente**

Se no início da década de 1950 a questão do desenvolvimento brasileiro estava altamente em debate entre os intelectuais, podemos caracterizar o debate

---

<sup>7</sup> Movimento de luta pela reforma agrária no Brasil iniciado na década de 1950.

intelectual dos anos 1960 e 1970 como o da dependência da América-Latina, tornando-se um conceito em disputa carregado de diferentes matrizes teóricas e políticas.

Neste capítulo, na medida em que precisamos caracterizar inicialmente a forma como entendemos as vias de objetivação do capitalismo, seguiremos o referencial teórico de Caio Prado Júnior antes de chegarmos às teses formuladas nos anos 1960. O importante historiador brasileiro que possui obras historiográficas extremamente relevantes para o pensamento intelectual marxista no país, publica em 1942 o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*. A publicação ocorreu após a volta de seu exílio na Europa em 1939 que foi motivado por tornar-se presidente em São Paulo da ANL<sup>8</sup> em 1935. A referida obra o consolidou como um dos grandes intérpretes do Brasil, pela junção da dialética e sua perspectiva original, elucidando a necessidade de compreender o sentido da formação e evolução brasileira a partir das linhas que antecedem o processo de colonização do continente americano e como ele se consolida no país, demonstrando como a colônia brasileira se estabelece para interesses exteriores, sendo produtora industrial dominada pelo que a precede, que de acordo com o autor, todo esse processo é a fonte do subdesenvolvimento do Brasil e seu desenvolvimento capitalista.

O processo de colonização que Prado Júnior nos explica, é a parte de um todo que consolida a história do Brasil. O que para nós é um capítulo muito importante da história brasileira, para a Europa é apenas mais uma parte da história de seu comércio. A ideia de povoar não existe em primeiro momento, é apenas o comércio que lhes interessa, por isso o grande desprezo pela terra e população nativa, o povoamento em si aparece apenas quando vê-se a necessidade de ampliar as bases que originalmente eram simples feitorias para que elas se mantenham e se abasteçam com o objetivo de “organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio” (PRADO JÚNIOR, 1994, p.29). Nesse momento a agricultura se consolida como a produção principal das colônias por seu caráter estável economicamente.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a

---

<sup>8</sup> Aliança Nacional Libertadora - frente de esquerda composta por setores de diversas organizações de caráter anti-imperialista, antifascista e anti-integralista.

explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (*ibid*, p.31)

Acompanhado pelo significativo avanço nas fazendas e engenhos, a exploração agrária se estabiliza cada vez mais em demanda escravista, e a finalmente chamada Colônia de Povoamento abriga os excessos demográficos constituindo uma sociedade em semelhança ao modelo europeu. Assim, a colônia brasileira se estrutura em função de interesses externos, atuando como produtora subordinada a condições impostas de fora, processo esse que origina o subdesenvolvimento brasileiro.

Alguns outros entendimentos acerca da formação social brasileira necessitam ser colocados também para conduzir as vias de efetivação desta pesquisa, e que se esclareça os conceitos que serão utilizados ao longo da mesma.

Assim, dentre os acadêmicos da década de 1960 o tema da revolução burguesa também era um debate central nas Ciências Sociais. Isso porque diante das questões ligadas a expressões como “terceiro mundo”, “subdesenvolvimento”, “dependência”, esses estudiosos buscavam entender as características do Estado brasileiro para pensar as suas bases genealógicas e as possibilidades de transformação deste capitalismo subdesenvolvido, teorizar sobre essas possibilidades em direção ao socialismo significava também compreender as características particulares do capitalismo no Brasil, para buscar táticas e estratégias adequadas para a suplementação do capitalismo nacional por uma democracia de caráter popular, ou o próprio socialismo.

Florestan Fernandes em sua obra *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (2008) possui uma argumentação tautológica de que há um duplo padrão compósito de dominação burguesa no Brasil, a dependência interna e a dominação imperialista externa, que, para o sociólogo, explica o caminho da configuração da Revolução Burguesa Nacional, no qual o desenvolvimento de um capitalismo dependente seria subjugado por forças políticas e econômicas externas, ou seja, o imperialismo, enquanto conceito que tipifica essas forças políticas e econômicas dos países hegemônicos sob os países subalternos.

Dessa forma, não podemos pensar que aqui se desenvolveu burgueses no sentido típico, mas, para Florestan, também seria um erro a ideia de que o burguês brasileiro era o agente mercantil do sistema colonial. Por burguesia estamos entendendo um agente especializado no desenvolvimento de práticas comerciais que traz um sentido para suas ações, então, a Revolução Burguesa é entendida como um processo de organização política e social em que esses agentes especializados da produção são voltados a acumulação de lucro de capitais, desenvolvendo práticas e sentidos de ações sociais de tipo capitalista. Assim temos uma revolução burguesa, que se desenvolve gradualmente a partir desses marcos históricos. Sobre o caráter da Revolução, Florestan coloca:

A revolução burguesa no Brasil processou-se como uma revolução dentro da ordem. Ela não destruiu a ordem social herdada do passado colonial e escravista; ao contrário, utilizou-se dela como alavanca para a expansão do capitalismo dependente. (FERNANDES, 2008, p.292)

Florestan diz que uma das marcas de nossa característica enquanto capitalismo dependente é o desenvolvimento de uma economia capitalista periférica e subdesenvolvida, e nesse esquema de revolução burguesa no Brasil, o capitalismo se desenvolve sem democracia, havendo uma incompatibilidade entre desenvolvimento capitalista subdesenvolvido e democracia, assim, as formas de capitalismo que aqui foram implantadas, são marcadas por uma dimensão autocrática.

É então em consonância com essa concepção de subdesenvolvimento e de formação capitalista no Brasil, que incluo neste momento o importante intelectual contemporâneo do período estudado Ruy Mauro Marini, que inicia seus estudos sobre o capitalismo brasileiro na década de 1950, mas, buscando dar um novo sentido ao que acreditava que deveria ser o processo de revolução brasileira, funda junto de outros grandes nomes a Organização Revolucionária Marxista Política Operária - ORM-Polop<sup>9</sup> em 1960, que culmina assim em seu exílio logo que o golpe de 1964 ocorre, principalmente por sua militância.

Marini, busca compreender a elaboração do capitalismo brasileiro a partir de uma tese que assimila a nossa dependência como país periférico para com os países centrais, no qual grande parte da mais-valia extraída da exploração

---

<sup>9</sup> Sobre a ORM-Polop ler DA SILVA GONZAGA; LUCIANO; SEABRA (2016) *A ORM-Polop e a formação da teoria marxista da dependência: as contribuições de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini*.

compulsiva seria para a acumulação de capital desses países, por isso, Ruy Mauro Marini elucida que como forma de compensar essa perda, a burguesia super explora o trabalhador, pagando bem menos do que de fato precisa pela sua força de trabalho. Essa tese demonstra o profundo estudo que Marini realizou acerca dos conceitos econômicos de Marx principalmente da mais-valia e da superexploração do trabalho. Portanto, para o autor, o subdesenvolvimento estabelecido é resultado das contradições do capitalismo condicionado pelas relações internacionais que modificam a produção das nações dependentes, que são redefinidas, mas nunca superadas.

Ruy Mauro Marini entra nesse contexto, em contraposição às mais hegemônicas teses “desenvolvimentistas” da época, com destaque a de Celso Furtado<sup>10</sup>, e também a ideia de que o Brasil estava na fase da “revolução democrático-burguesa”, adotada amplamente pelo PCB, formulação essa que se fundamentava nas teses de que a formação social brasileira continha resquícios feudais, e por conta disso, seria preciso primeiro desenvolver o capitalismo brasileiro para depois realizar uma revolução socialista. Essas formulações, inclusive, influenciaram em grande medida as Reformas de Base do governo Goulart<sup>11</sup>. Ambas identificavam a burguesia nacional e a classe trabalhadora como interessadas no desenvolvimento, e por conta disso defendiam uma “união” dessas classes em favor da industrialização e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro contra o imperialismo e o latifúndio (MARINI, 2000, p.73-74). Isso implicava acreditar que “os problemas econômicos e sociais que afetavam a formação social latino-americana eram devidos a uma insuficiência de seu desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-los desaparecer” (*ibid*, p.137).

Dessa maneira, um dos eixos centrais da então chamada “Teoria da Dependência” é o argumento de que essa dependência característica da América Latina impede o desenvolvimento capitalista presumido pelos desenvolvimentistas. Assim, a dependência “só poderia ser superada com a supressão das relações de produção que ela supõe” – ou seja, do próprio capitalismo latino-americano, como escreveu, por exemplo, Marini em *Dialética do Desenvolvimento* (*ibid*, p.109). O “desenvolvimento” brasileiro nos marcos do capitalismo dependente só poderia ser

---

<sup>10</sup> As ideias de Furtado serão tratadas no Capítulo 2.

<sup>11</sup> A influência do PCB nas Reformas de Base também será tratada no Capítulo 2.

um “desenvolvimento monstruoso” (*ibid*, p.98), em que a superexploração do trabalho e a dependência se conservariam.

Para Marini, esse processo do desenvolvimento do capitalismo associado, as deficiências tecnológicas dos países latino-americanos, assim como sua fraqueza econômica, em termos de disponibilidade de capital, tornavam impossível o desenvolvimento de uma política industrial autônoma, e assim se desenvolvia um modelo industrial voltado às exportações, ou consumo interno destituído às classes médias. Assim, o grande eixo do problema captado pelos teóricos da dependência, é que a dependência era um elemento profundo das raízes que explicavam o nosso subdesenvolvimento. Os teóricos da Polop, dessa forma, pensavam o socialismo como única forma de superar o subdesenvolvimento brasileiro.

A partir dessas formulações, o problema que será tratado a partir daqui será as circunstâncias em que o plano do governo João Goulart foi proposto, e sua tentativa de atingir interesses que considerava complementares, que levados ao limite, teceram a teia que já estava sendo formada do golpe militar. E sobre analisar os contextos, Marini explica:

A nós nos parece que nenhuma explicação de um fenômeno político é boa se o reduz apenas a um de seus elementos, e é decididamente ruim se tomar como chave, justamente, um fator que o condiciona de fora. É um mundo caracterizado pela interdependência e, mais do que isso, pela integração. Ninguém nega a influência dos fatores internacionais sobre as questões internas, principalmente quando se está em presença de uma economia de chamadas centrais, dominantes ou metropolitanas, e de um país periférico, subdesenvolvido. Mas em que medida se exerce esta influência? Que força tem frente aos fatores internos específicos da sociedade sobre a qual atua? (*ibid*, p.11)

## 1.2 - O contexto internacional

Após esclarecer tal entendimento sobre a formação social brasileira é preciso situar o cenário histórico do Brasil ao internacional do período trabalhado para que se esclareça o que esta pesquisa, em particular, este primeiro capítulo pretende mensurar.

Este momento é marcado pelos conflitos decorrentes da Guerra Fria e, no caso da América Latina, também pelos impactos da Revolução Cubana. No período, sob a presidência de John Kennedy (1961-1963), os Estados Unidos buscavam

implementar uma nova política na América Latina, uma “política de ajuda”, ou então, a chamada “Aliança para o Progresso”, em substituição das intervenções diretas mas em consonância com a famosa política do *Big Stick*<sup>12</sup>. De acordo com o livro *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação* (2006), organizado por Oswaldo Munteal, Jacqueline Ventapane e Adriano de Freixo: “Era necessária uma mudança que possibilitasse a continuidade da hegemonia econômica, visto que a tradicional política intervencionista não era passível de continuidade, devido ao alto grau de animosidade contra os EUA que ela acarretava.” (MUNTEAL; VENTAPANE; FREIXO, 2006, p.8).

Os exemplos disso foram as visitas do vice-presidente anterior ao mandato de Kennedy, Richard Nixon à América Latina, com grandes manifestações de hostilidade, em especial em Lima, no Peru e Caracas, na Venezuela, que demonstraram o forte sentimento antiamericano na região, justamente em um momento de emergência de lideranças populares nacionalistas e reformistas. Dessa forma, a “Aliança para o Progresso” pretendia estabelecer mudanças nas estruturas sociais nos países da América Latina para impedir o surgimento de movimentos revolucionários no continente. Além disso, como coloca os autores:

Ao mesmo tempo, como a outra face da política de Kennedy, a burguesia e o próprio aparelho estatal dos EUA financiavam candidatos, organizações partidárias e demais entidades favoráveis aos interesses norte-americanos na região (como, por exemplo, o governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, durante o início da década de 1960)[...] (*ibid*, p.9)

Mas é claro que os EUA não estavam alicerçados apenas por essa política de “conciliação”, caso essa política fracassasse e não conseguisse conter as “ameaças comunistas”, a “cooperação” com as Forças Armadas latino-americanas já estavam alinhadas para assumirem elas próprias o poder, respaldadas pelo aparato estatal norte-americano. E ainda, além das Forças Armadas, os agentes internos representantes dos interesses de classe associados ao capital estrangeiro, possibilitariam a ascensão de uma nova elite no poder. Afinal, a experiência cubana era uma ameaça iminente aos Estados Unidos frente a sua influência na América Latina.

---

<sup>12</sup> Política externa norte-americana que ampliava o direito dos Estados Unidos de intervir nos países estrangeiros para garantir seus interesses, primeiro por meio da diplomacia, mas, se necessário, também através da utilização da força militar.

Este trabalho não pretende entrar a cabo na discussão do processo histórico que se deu a Revolução Cubana<sup>13</sup>, mas é preciso associar o cenário que ela trouxe ao Brasil. É inegável a influência da Revolução Cubana em diversos países naquele período, e claro, em especial à toda América Latina. Isso porque a experiência cubana ameaçava diretamente as forças imperialistas norte-americanas que atuavam e mantinham os países latino-americanos sob sua intervenção. O medo vinha da possibilidade de que esses países subdesenvolvidos vissem na revolução socialista a melhor maneira de se desenvolver, afinal, a velocidade com que a União Soviética avançava em sua economia e nas suas forças produtivas era alta, acrescido pela viabilidade de melhores condições para a classe trabalhadora, neste contexto de Guerra Fria.

Porém, mais do que a disputa entre o “Primeiro Mundo” estadunidense e o “Segundo Mundo” soviético, o debate que entrava em pauta, e englobava o Brasil, era sobre a entrada de um chamado “Terceiro Mundo”, que se colocava como uma alternativa entre eles para designar países que procuravam se desenvolver de uma maneira própria, apesar da especificidade de cada país, havia alguns elementos que poderiam caracterizar países terceiro mundistas: ausência de reforma agrária; forte desigualdade socioeconômica; regimes militares; explosão demográfica e busca por desenvolvimento econômico<sup>14</sup>.

A origem política dos países de Terceiro Mundo, se dá na Conferência de Bandung (1955), na Indonésia, na qual países afro-asiáticos trazem ideias acerca do anti-colonialismo e anti-imperialismo. Os grandes mentores dessa ideia Terceiro mundista foram Nasser, no Egito, e Tito, na Iugoslávia, e mais adiante, João Goulart se tornaria um simpatizante dos ideais do Terceiro Mundo, afinal, algo que era imprescindível discutido tanto na conferência citada, quanto em outras que ocorreram, era a necessidade e expectativa da chamada *revolução tricontinental* (afro-asiática e latino-americana)<sup>15</sup> contra o imperialismo. Lúcio Flávio de Almeida (1995) coloca sobre a questão do Terceiro Mundo:

O movimento de emancipação colonial prosseguia, gerando uma relativa instabilidade no panorama internacional. Muitos dos novos estados que surgiam, chefiados por governos nacionalistas dos mais variados matizes,

---

<sup>13</sup> Para um quadro histórico da Revolução Cubana ler SADER, 1992, *A Revolução Cubana*. Para seus desdobramentos ler PERICÁS, 2004, *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*.

<sup>14</sup> HOBBSAWM, 1995.

<sup>15</sup> ALMEIDA, 2010, p.53

procuravam tirar proveito da rivalidade entre as grandes potências hegemônicas, indo engrossar as fileiras do movimento dos países não-alinhados, em cuja linha de frente estavam o titoísmo e o nasserismo. (ALMEIDA, 1995, p.189)

É preciso compreender os motivos do golpe ter sido de caráter urgente pelos setores reacionários. O socialismo se alastrava aos países periféricos devido à rápida capacidade produtiva na União Soviética, e os países rendidos ao imperialismo enxergavam uma possibilidade de desenvolvimento nunca antes pensada, assim, simpatizar para esse lado do mundo polarizado significava uma ameaça concreta à grande potência capitalista.

Dessa forma, as campanhas anticomunistas, criadas pela burguesia imperialista, cresciam exponencialmente diante ameaças reais do alastramento socialista pelo mundo. Essa é a necessidade de explicar a gênese do contexto histórico, pois isso mudaria o destino brasileiro.

### **1.3 - A efervescência política no Brasil pré-1964**

A partir da disseminação das políticas de Jango acerca da preocupação com as camadas populares que formavam a base social, o forte anticomunismo que pairava no país deu lugar à compreensão do motivo da ampliação das revoltas e por isso a expansão das propostas apresentadas pelos partidos comunistas.

A Igreja Católica teve importante papel nisso, pois houve, de grande parte de seus membros de esquerda, uma radicalização política, principalmente desempenhado pela Juventude Universitária Católica (JUC), com nomes de “peso” como Herbert de Souza e Aldo Arantes, organização essencial na formação da Ação Popular - AP, pois criada em 1962, participou ativamente das lutas políticas da época, também marcada pela crescente sindicalização e organização da classe operária, do Comando Geral dos Trabalhadores - CGT. A partir da aliança da AP com o Partido Comunista Brasileiro - PCB na hegemonia da UNE, o debate da reforma universitária foi levado a todos os seus diretórios estaduais, e alicerçado por um setor da UNE, o Centro Popular de Cultura - CPC, seria amplamente divulgado e

debatido com a massa estudantil junto a espetáculos teatrais, musicais e cinematográficos<sup>16</sup>.

A união dos aspectos políticos e artísticos feita pelo movimento estudantil era certa naquele contexto por sua eficácia em conscientizar. A mobilização estudantil foi uma característica marcante do governo Jango, demonstrando a vontade latente que as mudanças propostas fossem aplicadas tanto por essa categoria, quanto pelos intelectuais da época.

Por isso, entender os motivos e causas da efervescência política nos anos 1950 e início dos anos 1960 é fundamental ao que este trabalho quer apresentar. A questão do desenvolvimento brasileiro, em diferentes vertentes, estava no auge de sua discussão neste recorte histórico, e o debate se deve graças a muitas frentes, que agora serão analisadas.

### **1.3.1 - A importância do ISEB**

Entender o que foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, e em especial, a fase final isebiana de que trata o período objeto deste trabalho, é essencial e profundamente ligado às formulações e divulgações das Reformas de Base, mais que isso, a fase aqui designada de “último ISEB”<sup>17</sup> foi caracterizada por ser sua fase mais radical e revolucionária. Mas para chegar lá, passarei por uma breve história do ISEB.

O ISEB foi uma instituição cultural e de formação de intelectuais fundado com o objetivo de formular um projeto de desenvolvimento para o Brasil e promover o nacional-desenvolvimentismo. Foi um centro de ideias que formou diversos intelectuais e teve grande impacto no pensamento brasileiro da época.

O Instituto funcionou durante 9 anos (1955-1964), tendo sua existência freada pelo golpe militar de 1964, não só pelo golpe em si, mas também pela destruição física em abril de 1964, assim como ocorreu com o prédio da UNE exatamente no mesmo período. O ISEB enfrentou alguns tipos de dificuldade durante seu

---

<sup>16</sup> Os movimentos culturais referidos serão melhor explorados no Capítulo 3.

<sup>17</sup> Ler TOLEDO, Caio Navarro de *ISEB: fábrica de ideologias* (1977) para compreender em detalhes todas as fases do Instituto colocadas pelo autor.

funcionamento, mas também em quem o estudou postumamente. Caio Navarro de Toledo possui sua tese de doutorado com o título *ISEB: fábrica de ideologias* (1977) e demonstra suas dificuldades ao promover essa pesquisa visto o óbvio período ao qual realizava esse estudo. Portanto o acesso era raso, e também pelas críticas ainda latentes ao ISEB. A academia paulista tinha muitas ponderações à postura isebiana e ao que ele propunha fazer, - colocar em prática as categorias das Ciências Sociais em favor do desenvolvimento do Brasil - os acadêmicos de São Paulo, em particular da USP, eram contra, pois não consideravam uma abordagem científica visto a falta de neutralidade que os temas eram tratados.

Para entender um pouco o que era o ISEB, partimos para seus fundamentos principais, de que o entendimento da cultura conjuntamente com a atividade educacional aproximaria a população da realidade social do país, em um movimento de encadeamento de ideias, questão realçada por vários isebianos, mas em especial, o filósofo Álvaro Vieira Pinto, que apostou intensamente nessa premissa, principalmente no momento que presidiu o ISEB, de 1962 a 1964, afinal, Vieira Pinto dedicava-se no desenvolvimento de uma consciência que contribuísse para o desenvolvimento brasileiro.

Para expor melhor a fase que queremos chegar, faço um pequeno resumo das fases do ISEB de acordo com Toledo (1977).

A primeira e curtíssima fase foi a de sua criação em 1955 durante o governo Café Filho, marcada por relações conflitantes entre os membros. A segunda, já no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), chamada de “encampação juscelinista”, o que deixa claro o seu envolvimento com a atividade política, principalmente como um instrumento para alavancar o nacional-desenvolvimentismo juscelinista da época. Porém, possuía ainda um pensamento hegemônico entre os isebianos de que o instituto poderia ter uma atuação autônoma em relação ao Estado. Assim funcionou o ISEB durante seus anos de atividade, entre algumas cisões, debates e mudanças de rumo, até seu fechamento.

Diante desse contexto, é inegável a participação de muitos isebianos nos partidos políticos, mas o ISEB nunca assumiu de fato uma postura dependente do partidarismo, o compromisso sempre foi a atividade intelectual. Um exemplo dessa

relação foi um episódio durante o governo JK, no qual o presidente procurou integrar os isebianos em seu governo:

É certo que JK se considerava em débito com os isebianos, especialmente pelo apoio dado a ele na campanha presidencial e na posse. Isso fez com que ele fosse receptivo às demandas colocadas por Roland Corbisier, por exemplo: o presidente endossa as mudanças realizadas nos estatutos do ISEB por esse intelectual. Além disso, JK concede ao ISEB uma existência concreta ao alugar e reformar a mansão da rua das Palmeiras que abrigaria as atividades do instituto. Por razões de natureza política, portanto, os intelectuais do ISEB, devido ao apoio dado a JK, poderiam ocupar funções políticas, mas eles rejeitaram: em nome (i) da sua manutenção dentro de um espaço construído por eles na esfera da cultura ou (ii) por defenderem uma atuação mais autônoma em relação ao Estado. ( PEREIRA, 2002, p.210, *apud* MARTINI, 2009, p.59-60 )

Mesmo com esse ponto destacado, como já colocado, houve um acolhimento do ISEB pelo governo JK, o que conduzia publicações de caráter institucional, já que os isebianos se colocavam como intelectuais que pensariam e alavancariam o desenvolvimento brasileiro. Porém, apesar de ser um projeto nacionalista oposto aos grupos militares, em especial os ligados à Escola Superior de Guerra - ESG<sup>18</sup>, não publicaram nada que propunha uma “elevação” da classe trabalhadora. Isso também se motiva pelo fato de acreditarem que suas propostas deveriam ser conduzidas pela burguesia brasileira, por isso possuíam uma linguagem acadêmica e um certo grau de complexidade teórica.

E assim vamos para a terceira fase, de 1961 a 1964, com o breve governo de Jânio Quadros e por fim, o nosso foco de pesquisa, o governo João Goulart, fase caracterizada por aquela que andou ao lado e apoiou as Reformas de Base, no sentido de questionar as antigas estruturas sociais e, finalmente, propor novas. Segundo Hélio Jaguaribe, importante membro e “mentor intelectual” do ISEB durante sua segunda fase, em artigo numa coletânea intitulada *Intelectuais e política no*

---

<sup>18</sup> A Escola Superior de Guerra foi fundada em 1949, encabeçada pelo General Golbery do Couto e Silva, influenciado por suas experiências nos Estados Unidos com o Colégio de Guerra e na Europa pela Força Expedicionária Brasileira, volta ao Brasil em 1942 convicto a respeito da necessidade da formação de uma escola superior militar para preparação de quadros aos moldes do colégio de guerra estadunidense, assim, a ESG desenvolvia estudos estratégicos para pensar o papel das tecnologias e das condições para o fomento de uma indústria bélica brasileira e no campo da segurança, o desenvolvimento de cursos para a formação de quadros para ocupação de postos, não somente dentro do exército, mas em funções de níveis estaduais e municipais. A ESG desenvolvia orientações e estudos no campo da economia, da política partidária, da psicologia para estratégias e métodos psicossociais de controle, desenvolviam também estudos no campo da comunicação e da propaganda, entre várias outras subdisciplinas, toda geração, então que participa da vida política brasileira durante o segundo governo Vargas, o governo Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e finalmente João Goulart, estiveram sobre a influência dos tecnocratas da Escola Superior de Guerra.

*Brasil: a experiência do ISEB* organizada por Toledo, expõe que o Instituto veio a ser “o centro vocalizador das exigências mais radicais do governo Goulart” (JAGUARIBE, 2005, p.38). Nesta fala Jaguaribe demonstra seu desgosto com o rumo que o ISEB estava tomando, conjuntamente com aproximação de Vieira Pinto, atual diretor, com o marxismo, afinal Vieira Pinto acreditava na contribuição fundamental que o Instituto teria no processo revolucionário que enxergava no período, na qual Jaguaribe discordava, tanto em relação ao processo, quanto ao posicionamento.

O *último ISEB*<sup>19</sup> participou ativamente da luta pelas Reformas de Base, a partir de suas publicações, agora sim, de cunho popular,<sup>20</sup> e principalmente de classe, diante os movimentos sociais que ocorriam no período, ou seja, ao invés da antiga postura adotada pelo Instituto de assumirem uma posição de intelectuais à serviço do comando da burguesia, agora ele se colocava à serviço do *povo* - aqui e por eles explicitado como a classe trabalhadora - com um teor assumidamente antiimperialista.

Durante esses anos, o ISEB teve problemas de sustentação política e financeira, e ao mesmo tempo o forte anticomunismo crescia, afinal, com a atuação da ESG (pautada no colégio de guerra estadunidense), e aquilo que ela denominava de Política Externa Independente, na qual houve a gradual abertura diplomática e comercial dos chamados países “não-alinhados”, levavam a uma expansão das relações do Brasil para países como Cuba, como já colocado, logo no período pós-revolucionário em 1961.

### **1.3.2 - As frentes de mobilização da classe trabalhadora**

Esse contexto histórico internacional da Guerra Fria influenciou fortemente na atuação e formação dos partidos políticos brasileiros do período. No momento dos anos 50 e início dos anos 60 se constituía um instante único da cultura brasileira. A partir dessa grande onda da modernidade, movimentos culturais como a Bossa Nova, o Cinema Novo, o Teatro Arena, até a arquitetura de Oscar Niemeyer,

---

<sup>19</sup> Para mais detalhes sobre o último ISEB, ver o artigo “Do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira!” (LOVATTO, 2021).

<sup>20</sup> Trata-se da importante coleção publicada de 1961-1964, *Cadernos do povo brasileiro*, que será explorada no Capítulo 3.

inflamaram a sociedade com a crença na mudança, trazendo diversos frutos ao mundo do trabalho. Podemos destacar aqui o movimento no campo, os sindicatos operários, o movimento estudantil, e o destaque e a eclosão de novos partidos políticos progressistas etc.

Os movimentos populares cresciam exponencialmente. Na cidade cresciam as greves, no campo cresciam as tomadas de terra, uma nova esquerda se formava, principalmente pela, já referida neste trabalho, Polop (1961), e a AP (1962), nascida no mesmo ano do processo de cisão do PCB<sup>21</sup>, influenciando na questão da hegemonia de uma esquerda. Mas apesar da cisão, o PCB seguiu na defesa das Reformas de Base e influenciando as mobilizações.

A AP teve grande destaque no movimento estudantil<sup>22</sup>, dado os órgãos que a constituiu, e elegeu durante seus anos de funcionamento todos os presidentes da UNE. Já no CPC, organismo da entidade estudantil, a organização se dava em maior parte pelo PCB, demonstrando a forte aliança entre as frentes.

Outro órgão que merece destaque quando falamos de mobilização é o Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, que criado no mesmo ano da AP, centralizou sindicatos, federações, confederações e intersindicais, como CNTI e CONTEC<sup>23</sup>. A organização, assim como outras, operava na defesa do nacionalismo e das Reformas de Base no período, apoiando ainda a presença do Estado na economia, nas empresas estatais, o controle do capital estrangeiro e da remessa de lucros ao exterior<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> “Neste mesmo ano o PCB havia iniciado o processo de alteração de seus estatutos para tentar o registro como partido legal. Ao invés de Partido Comunista ‘do Brasil’ – que, segundo negativas anteriores de registro do partido, devia ser modificado, porque significava que o PCB era uma seção da Internacional Comunista – a designação passaria a ser Partido Comunista “Brasileiro”. Essa mudança estatutária e o fato de o Partido Comunista Chinês não ter aceitado as resoluções do XX Congresso do PCUS, foram dois importantes motivos para a deflagração da maior cisão que o PCB sofreu em sua história. No início de 1962, são formalmente expulsos os membros do núcleo considerado ‘stalinista’ e contrários às decisões do V Congresso do PCB, que havia ocorrido em 1960, e no qual aquela corrente havia apresentado suas divergências. Essa dissidência, comandada principalmente por João Amazonas, Maurício Grabóis e Pedro Pomar, elaborou a ‘Carta dos 100’. Surgiu o PCdoB. Segundo seus autores, esse era o resgate do nome original do partido fundado em 1922, portanto, não se fundava um novo partido. Desse ponto de vista, a ‘dissidência’ era a do outro grupo que havia mudado a designação para ‘Brasileiro’. E, desde então, os dois passaram a proclamar-se como o PC fundado em 1922.” (LOVATTO, 2011, p.11)

<sup>22</sup> Para se aprofundar na formação da Ação Popular ler DIAS, Reginaldo Benedito. *A História da Ação Popular*. A Terra é Redonda, 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-historia-da-acao-popular/>.

<sup>23</sup> Referem-se respectivamente à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito.

<sup>24</sup> SANTOS, 2017, p.18

No campo, é indispensável salientar a atuação das Ligas Camponesas, com seu maior líder Francisco Julião, que passava a interpretar a realidade rural através do processo da Revolução Cubana<sup>25</sup>. A maior notoriedade estava na região Nordeste, mas com o acirramento das lutas, as Ligas se expandiam à vários Estados brasileiros. Segundo Denise Rollemberg (2001) a existência do movimento por si só já representava o aumento das tensões, já que ela “pretendia mexer na estrutura fundiária de uma país de tradição colonial, escravista, com um legado baseado no latifúndio”(2001 *apud* SANTOS, 2017, p. 148).

Devido ao período, no qual se apresentava o acirramento da luta de classes, logo, as Ligas Camponesas não se restringiam apenas a luta contra o latifúndio, e se inseriram nos debates da esquerda sobre a aderência às reformas estruturais na época frente à um Congresso majoritariamente conservador. Mas toda a discussão do campo era muito latente, visto a unanimidade dos debates sobre a necessidade de ser realizada com urgência a Reforma Agrária, já que no Brasil da época 50% de toda a população, mesmo com o forte êxodo rural, vivia no campo.<sup>26</sup>

A ideia de conscientização pairava entre segmentos da sociedade, e o caráter reformista do país. A cultura engajada e nacionalista, se sobressaía em prol da superação do subdesenvolvimento brasileiro. Afinal, mobilizar politicamente o proletariado era a condição necessária para construir uma democracia social de ordem política e econômica ou mesmo a revolução socialista. Emancipação era a palavra nacionalista no período, no fim da década de 1950 e início de 1960, com o crescimento de propostas de reformas estruturais, o desejo de mudança, no qual a população teria um papel ativo, aumentava as mobilizações por renovação.

Na liderança desses acontecimentos se sobressaía a figura de Leonel Brizola, e, como seus aliados se denominavam, as ações dos nacional-revolucionários, que uniam o que havia mais à esquerda do trabalhismo brasileiro. É nesse contexto que surge a Frente de Mobilização Popular - FMP, que reunia as principais organizações de esquerda que lutavam pelas Reformas de base no período, compostos pelo próprio CGT, CNTI, UNE, CONTEC e outros.

---

<sup>25</sup> *ibid*, p.147

<sup>26</sup> *ibid*.

Com a crescente influência da sociedade civil nas decisões governamentais, os opositores do projeto desenvolvimentista enxergavam uma clara ameaça de que as reformas sociais pretendidas de fato fossem concretizadas, e que assim apresentariam um potencial de autonomia que seria incontrolável. Com isso, investidores internacionais, setores do capital nacional, latifundiários e integrantes, principalmente da UDN, ouviam com desconforto o coro reformista-nacionalista.

Esta pesquisa pretende apurar também, mesmo que breve, a discussão acerca do termo “populismo”. Isso porque muitos estudiosos analisaram, e ainda analisam, esse período da história brasileira como um mero fracasso desse “tipo” de política. Interpretação essa que entende que todos esses movimentos, mobilizações e lutas dos trabalhadores que foram mencionados, eram subordinados aos interesses dessa liderança carismática, compreendida dessa forma por certas vertentes do populismo.

#### **1.4 - A crítica ao populismo**

Entre os estudos feitos sobre o governo Jango, ou sobre o próprio personagem João Goulart podemos destacar algumas tendências de análises, mas tratarei brevemente de uma tendência crítica ao governo, o conceito de populismo. Destaco que não me debruçarei em uma análise profunda do conceito, pois isso demandaria uma pesquisa exclusiva, detalhada e complexa. O que procuro fazer é apontar essa noção que norteou pesquisas sobre o período, e trazer ao entendimento deste trabalho de maneira crítica, porém, breve.

O termo populismo abrange muitos direcionamentos dentro do debate historiográfico, desde a intenção de abandono total do conceito, quanto autores que o utilizam para explicar diversos processos sociais<sup>27</sup>. A questão é que o fato do termo ser muito discutido, ele é empregado para explicar fenômenos tanto conservadores, quanto revolucionários. Desse modo, início com Gilberto Calil em seu artigo intitulado *Populismo e Hegemonia Burguesa na América Latina*,

---

<sup>27</sup> Destaco duas obras que representam as tendências citadas: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. e LACLAU, Ernest. Política e ideologia na teoria marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

entendendo que “a avaliação do conteúdo social deve ser o ponto de partida para a avaliação de um fenômeno social”(CALIL, 2007, p.4).

Nesse sentido, tratarei aqui de duas obras que se contrapõem explicitamente, a primeira é a famosa teoria do populismo de Francisco Weffort, presente em *O Populismo na Política Brasileira* (1980), e a segunda - e a qual esta pesquisa concorda - é a obra *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical* (1991) de Armando Boito.

Na coletânea de artigos que Weffort reúne em sua obra, o fenômeno do populismo emerge diante de uma crise de hegemonia, isso porque nenhuma fração de classe se coloca no poder exclusivamente:

[...]Esta circunstância de compromisso abre a possibilidade de um Estado, entendido como um órgão (político) que tende a afastar-se dos interesses imediatos e sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano.(WEFFORT, 2003, p.67)

Weffort acredita que isso levaria ao que chama de “Estado de compromisso” ou “Estado de massas”, no qual todos os grupos populares participariam do poder de alguma forma, e assim, o veriam como a solução de todos os problemas, como superior.

Boito já faz suas ressalvas quanto a propostas que generalizam o termo populismo, e aponta o problema central que enxerga nelas:

O populismo permanece, nessa caracterização, sem um conteúdo de classe definido e o grau de generalidade do conceito permite que os autores que o utilizam empreguem-no tanto para caracterizar o narodnichestvo – o chamado populismo russo, movimento inspirado num socialismo de base camponesa – quanto para caracterizar o varguismo no Brasil ou o peronismo na Argentina. (BOITO, 1991, p.67)

Dessa maneira, como trouxe no início de sua análise, Calil retoma:

Consideramos [...] que a percepção do populismo como um ‘estilo de condução das massas’ e a qualificação como ‘populistas’ de lideranças com projetos sociais claramente diversos retira do conceito qualquer conteúdo social efetivo.(CALIL, 2007, p.6)

Quando trazemos ao caso brasileiro, Weffort determina que o populismo é uma expressão política de interesses determinados de classe, e que diante da crise da dominação oligárquica do Estado, derivada do período datado de 1930, emergiu uma “aliança” de classes que sustenta esse Estado. Dessa forma, uma das abstrações que pode ser identificada na análise feita por Weffort, na qual Boito

explícita, é a sua compreensão da categoria de classe, pois ao se debruçar em conceitos prévios como manipulação de massas, desenvolvimento correto ou incorreto da classe operária, consciência verdadeira ou falsa etc, recai à uma análise sugestiva sobre comportamento e trajetória da classe operária a partir de uma linha focada em uma cultura política própria. Em resumo, para Weffort o populismo seria uma ferramenta da burguesia industrial em ascensão, que necessitaria estabelecer essa política de alianças com a classe trabalhadora, para que ela sustente a sua dominação política e ao mesmo tempo se sintam “parte” daquele poder de Estado. Como explica:

Desse modo, uma das raízes da capacidade de manipulação dos grupos dominantes sobre as massas está na sua própria debilidade como classe, na sua divisão interna e incapacidade de assumir, em seu próprio nome, as responsabilidades do Estado. Incapazes de legitimar por si próprias a dominação que exercem necessitarão recorrer a intermediários - primeiro Vargas, depois, os líderes populistas da etapa democrática - que estabeleçam alianças com os setores urbanos das classes dominadas. (WEFFORT, 2003, p.79)

Essa concepção pressupõe então um estreitamento das relações entre o sindicato e o Estado, o que teria produzido uma identidade alheia à classe operária, ocasionando uma atuação política dessa classe condenada a vínculos com lideranças externas à ela. Essa ideia de classe que carrega algumas vertentes do populismo, como podemos observar em Weffort, tem dificuldade em compreender o trabalhismo como fenômeno histórico. Assim, torna-se imprescindível perceber os atores sociais em conjunto com seu contexto histórico, político, social e ideológico em que vivem.

No Brasil pós 1930 é preciso compreender e traçar paralelos entre os interesses do Estado e da classe trabalhadora, por isso, se elucidado como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais e ideológicas, o trabalhismo no período expressou uma consciência de classe legítima, porque é histórica.

## 2 - O GOVERNO JOÃO GOULART, AS REFORMAS DE BASE E O PLANO PARA A EDUCAÇÃO

Este capítulo buscará compreender como que finalmente o projeto desenvolvimentista iniciado a três décadas estaria incorporando de fato os setores populares dentro de uma perspectiva nacionalista e reformista, e além, considerava essa incorporação como condição essencial no desenvolvimento das Reformas e, conseqüentemente, do país.

É importante deixar claro aqui o porquê de não ter existido nenhum projeto do porte das Reformas de Base até hoje, a essência da classe trabalhadora estava em convulsão no momento histórico tratado, desse modo, as lutas sociais estavam não só em ascensão como no seu auge, quase todos os setores do proletariado brasileiro estavam em greve, do campo à cidade, essa era a base de atuação política de João Goulart, que diante essas circunstâncias, abriu frente para esses projetos de transformações estruturais que lutariam contra o imperialismo, em especial o norte-americano. Segundo Jorge Ferreira (2007), ao assumir a presidência, João Goulart teve de responder à pauta histórica das esquerdas e que fora defendido por ele mesmo desde a década anterior. Tratava-se das Reformas de Base.<sup>28</sup>

Diante todo o contexto apresentado, o problema da educação no Brasil já não podia mais ser pensado descolado da realidade concreta, o programa de desenvolvimento só poderia ser elaborado em conjunto com uma educação em consonância com ele, mudanças estruturais não eram mais devaneios e sim uma exigência frente ao cenário político social do país. O governo entendia que qualquer plano de desenvolvimento seria inviável e impraticável sem as Reformas de Base.

O clima de excitação política estava presente também no MEC e no Ministro Paulo de Tarso Santos<sup>29</sup>, na IIIª Reunião Interamericana de Ministros da Educação, ocorrida em Bogotá em agosto de 1963, Tarso discursa acerca da situação revolucionária que vivia o Brasil, a qual cabia transformações profundas:

Falo[...] em nome de um país que vive uma fase revolucionária de sua história. Estão em curso no Brasil transformações sociais profundas e

---

<sup>28</sup> FERREIRA, 2007, p.545

<sup>29</sup> Foi ministro da educação durante o período de 18/06/1963 a 21/10/1963.

irreversíveis. Nenhuma força conseguirá detê-las. Se o país contar com ajuda externa expressiva, essas transformações serão aceleradas. Mas a eventual inexistência de ajuda externa não conseguiria deter o ímpeto revolucionário do povo brasileiro nesta hora. (SANTOS, 1963, p.5, *apud* MENDONÇA, 1990, p.20)

Dessa maneira, afirmou a natureza do governo, ao lado da classe proletária, pelas Reformas de Base, e de enfrentar o interesse das frações de classe da burguesia imperialista.

Para conseguir fazer uma análise qualitativa, recorro à alguns dados quantitativos quanto ao censo escolar da primeira metade dos anos 60 para situar brevemente os motivos de escolhas tomadas pelo governo em suas medidas em relação à educação brasileira. De modo geral, entendo o censo demográfico uma ferramenta necessária para referenciar os estudos aqui realizados, visto o caráter de previsão para o desenvolvimento do período, e claro, de interferência na projeção que andava se realizando.

A primeira tabela que será apresentada é referente a frequência escolar entre crianças de 7 a 14 anos nas áreas urbanas e rurais.

**TABELA 1 - CENSO ESCOLAR DE 1964 - BRASIL**

**PESSOAS DE 7 A 14 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAM ESCOLAS -  
PERCENTAGENS**

IDADES	TOTAL	NAS ÁREAS URBANAS	NAS ÁREAS RURAIS
7	47,3	59,9	34,4
8	65,8	83,0	50,0
9	72,3	88,1	57,3
10	73,0	89,5	58,3
11	74,6	89,2	59,9
12	70,8	86,0	55,9
13	66,6	81,1	51,3
14	60,6	74,1	44,9

Dados da população baseados no censo escolar de 1964 de acordo com INEP e IBGE<sup>30</sup>

<sup>30</sup> De acordo com MOREIRA (1964) em estudo feito para *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, a partir de dados do INEP e IBGE.

Nota-se nesse balanço que o maior problema do ensino primário, do ponto-de-vista quantitativo, é ainda o que se refere às áreas rurais. Nelas, a maior frequência se dá aos 11 anos, assim como ocorre nas áreas urbanas entre os 10 e 11 anos, mas apenas 59,9% das crianças dessa idade estariam estudando.

Para denotar o raciocínio que quero transparecer, se faz necessário colocar os dados de população referente ao analfabetismo no período.

**TABELA 2 - POPULAÇÃO - ANALFABETISMO (1960)**

<b>ANO</b>	<i>População total</i>	<i>População de 15 anos e mais</i>	<i>População analfabeta</i>	<i>Taxa analfabetismo</i>
<b>1960</b>	70.191.370	40.233.000	15.964.000	39,7%

Dados da população de acordo com IBGE, e do analfabetismo de acordo com INEP e IBGE<sup>31</sup>.

Dessa maneira, será discorrido ao longo deste capítulo a importância, os ideais, os motivos, o planejamento e a execução das Reformas de Base, em especial, a Reforma educacional e universitária. Adiantando um pouco sobre o que será tratado, como Álvaro Vieira Pinto já afirmava em 1960: “a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser um fenômeno de massas [...] o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas [...] a ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas” (VIEIRA PINTO, 1960, p.31-34).

## **2.1 - O governo e a formulação das Reformas**

Retomo brevemente a questão já levantada sobre os estudos historiográficos do governo João Goulart. Durante algum tempo - e isso se deve obviamente à

---

<sup>31</sup> Tabela extraída de LOVATTO, Angélica. *Os Cadernos do Povo Brasileiro e o debate nacionalista no Brasil: um projeto de revolução brasileira*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, Tese de Doutorado, 2010.

ditadura militar - os estudos que retratavam Jango o colocavam às sombras do golpe, como o presidente deposto por ele, isso quando se mencionava o nome de João Goulart. Os poucos estudos que tínhamos na época sobre Jango devemos à *Revista Civilização Brasileira*. Assim, para dar luz ao período retratado, farei uma breve análise sobre o próprio João Goulart. Mas vale ressaltar que foge ao escopo deste trabalho levantar aspectos biográficos da vida política ou pessoal de Jango, o que pretende-se é contextualizar os acontecimentos objetos desta pesquisa.

Jânio Quadros é eleito presidente no ano de 1960, e João Goulart é reeleito vice-presidente<sup>32</sup>, ambos tomam posse no início de 1961. Em agosto deste mesmo ano, após 7 meses do novo governo, Jânio Quadros renuncia de seu cargo, por motivos até hoje estudados. Estava posto então o estopim do período discutido neste estudo.

Jango assume a Presidência da República em 31 de agosto de 1961 após uma “queda de braço” entre conservadores e nacionalistas, muitos ministros e militares tentaram impedir a posse do político gaúcho por o considerarem um “líder sindicalista”, por seu histórico político, em especial a sua importância nas políticas trabalhistas da Era Vargas. No entanto, os setores nacionalistas - destaque a importância do aliado político e cunhado de Jango, Leonel Brizola - se esforçaram para que se cumprisse a Constituição. O resultado dessa disputa foi a adoção do regime parlamentarista, que reduzia grandemente os poderes de João Goulart. Após uma conturbada política parlamentarista, com diversas disputas no âmbito institucional, um plebiscito aprovou a ampla vitória do regime presidencialista, e em janeiro de 1963 Jango se torna presidente com todas as atribuições respaldadas pela Constituição.

Para além de toda essa tensão política, o início dos anos 60 passa por um fortalecimento do debate nacional em relação à educação, e seguia, a partir desse momento, uma tendência mundial que a relacionava com o desenvolvimento econômico. Certos debates que levaram a preocupação educacional pela perspectiva econômica se deram pelas experiências realizadas em alguns países, como Myint explica durante o período em que estava inserido:

Nos anos recentes, os economistas que trabalham no desenvolvimento dos países subdesenvolvidos têm concentrado a atenção no aspecto educacional

---

<sup>32</sup> Jango foi vice-presidente do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)

por diversas razões: [...] a experiência dos países desenvolvidos tem sugerido que a velocidade do crescimento econômico de que estes têm gozado não pode ser explicado satisfatoriamente apenas em termos de aumentos quantitativos mensuráveis em capital físico e em tamanho da população trabalhadora; [...] a ênfase agora deslocou-se da inversão do capital físico para a “inversão em capital humano” e da mobilização da força muscular para a mobilização da capacidade mental dos países subdesenvolvidos. (MYINT, 1964, p. 130-131, *apud* SAYED, 2013, p.30)

Assim, as discussões acerca da educação, colocavam o governo brasileiro para pensar além da pergunta “Qual o Brasil que queremos?” para “Como ter esse Brasil diante tamanha desigualdade de classe?”. Esses debates transpassaram o âmbito governamental, e quem os carregou foram os vários movimentos populares já mencionados no capítulo anterior<sup>33</sup>, entre eles o MCP, UNE, MEB e CPC, que levando as ideias revolucionárias e todo o debate das Reformas, tinham o objetivo “de que a população [...] tomasse parte ativa da vida política do país.” (RIBEIRO, 1975, p. 154).

Nesse sentido, é preciso fazer uma menção de destaque ao discurso proferido na Central do Brasil por João Goulart em 13 de março de 1964, dois dias antes de lançar oficialmente sua mensagem ao Congresso Nacional com todos os planos de execução das Reformas de Base, com as participações ativas de Leonel Brizola, Miguel Arraes, Roberto Silveira, Francisco Julião, dentre outros destacados personagens da linha de frente trabalhista e socialista.

### **2.1.1 - O Comício da Central do Brasil: a transparência das intenções**

O comício, ocorrido no Rio de Janeiro em frente à estação ferroviária conhecida como Central do Brasil, de 13 de março de 1964, não deve ser interpretado como algo fora das tradições dos discursos dos anos 60, mas é preciso entender a particularidade do pronunciamento à nação feito naquele momento histórico. João Goulart inicia seu discurso se direcionando diretamente para o povo brasileiro:

Me dirijo à todos os brasileiros, não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas. Dirijo-me também, aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem, que pagam em sofrimento, em miséria, em privações, o direito de ser brasileiro e de trabalhar sol a sol para a grandeza deste país.(GOULART, 1964, *apud* MAGALHÃES, 2021, 3min35s).

---

<sup>33</sup> e que serão mais amplamente explorados no próximo capítulo.

Indicava que considerava o povo atores sociais que estariam no centro das preocupações coletivas, e definiu aquele momento como o de reencontro dos brasileiros com o próprio país, por meio de uma aliança, as Reformas de Base.

Dessa maneira, o discurso tinha o claro propósito, apresentado pelo próprio Goulart, de esclarecer todas as suas intenções de seu governo a partir dali, e como conclui sua introdução:

Não há ameaça mais séria para a democracia do que a democracia que desconhece os direitos do povo. Não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar as suas reivindicações.(GOULART, 1964, apud MAGALHÃES, 2021, 9min38s)

As promessas se transformaram em um programa de ampla participação popular. Com a classe trabalhadora já inflamada pelo contexto mencionado anteriormente nesta pesquisa, o que Jango fez nesse momento foi unir as reivindicações com as ações planejadas elaboradas como projeto de nação.

O Comício da Central do Brasil seria o primeiro ato público de Jango para demonstrar ao Congresso o apoio popular às Reformas de Base, visto a ruptura do PSD com o presidente dias antes do ato e o restante do Congresso nacional, já que o PTB, seu partido tinha apenas 30% dos deputados representantes. Assim, o Comício reuniu cerca de 300 mil pessoas, entre eles, trabalhadores, camponeses, representantes de partidos políticos, estudantes, servidores públicos, etc.. Em seu discurso, Jango anunciou a encampação das refinarias privadas de petróleo e a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras às margens de rodovias, ferrovias e açudes federais. O presidente afirmou que essas terras começariam a ser divididas em até 60 dias, “com a colaboração patriótica e técnica das nossas gloriosas Forças Armadas”(GOULART, 1964, apud MAGALHÃES, 2021, 32min12s).

### **2.1.2 - A influência na formulação das Reformas**

As Reformas de Base eram debate nacional no pré-1964, e podemos unir três frentes que levaram a cabo esses debates: o próprio partido de Jango, o PTB; a Ação Popular (AP) e os comunistas, em especial, os pecebistas.

Obviamente - e essa pesquisa tem o objetivo que isso esteja claro - as Reformas de Base não foram algo que permeou uma só mente, - no caso, a de João

Goulart - elas possuem um contexto, não só do que já foi estabelecido anteriormente, mas também derivam das frentes que apoiavam o nacionalismo na época. Como é o exemplo da chamada “Declaração de Março de 1958”, no qual o PCB (Partido Comunista do Brasil) defendeu reformas estruturais e consequentemente a estratégia da revolução por etapas: a primeira revolução seria democrática-burguesa, (anti-feudal/anti-imperialista); e a segunda a revolução socialista<sup>34</sup> dada em várias frentes. A Declaração ainda admitia a contradição entre o proletariado e a burguesia nacional, mas o partido entendia que essa contradição não seria levantada na etapa em que estavam inseridos (a primeira). Em consonância com esse etapismo o PCB abre mão no pré-1964 de qualquer possibilidade de hegemonia para que se constituísse uma frente única que lutasse por um governo nacionalista e democrático que tivesse como “abre-alas” as reformas estruturais.

Apesar da concepção da “revolução por etapas” ser predominante aos intelectuais que conceituavam a formação social brasileira na época, ela não era a única, havia autores, com o exemplo de Franklin de Oliveira, que concebiam a ideia de que os países mais empobrecidos não poderiam, nem se quisessem, optar pela via de revolução democrático-burguesa, ou seja, pela via do capitalismo, pois cairiam em uma instabilidade política e social ao correrem contra o tempo para solucionar os problemas estruturais da miséria (LOVATTO, 2010).

É perceptível, portanto, que quando tratamos sobre formação social do Brasil, existem diferentes leituras acerca dos processos de transformações da particularidade histórica do país, sejam elas reformistas ou revolucionárias.

Desse modo, o debate das reformas permeavam o desenvolvimentismo do período, mas só foram postas em primeiro plano de fato já com João Goulart em 12 de julho de 1962. Cibilis da Rocha Viana (1980) possui um estudo que sintetiza esse programa proposto:

O programa deveria observar as recomendações contidas na mensagem do Presidente Goulart ao Congresso Nacional e, para tanto, propunha: a) medidas de emergência; b) medidas relevantes. As de emergência compreendiam: 1) eliminar a desorganização no abastecimento; combater a inflação; erradicar o analfabetismo; ampliar o mercado de trabalho; 2) criar condições para o controle permanente do processo inflacionário e o aumento da eficiência da administração pública; 3) iniciar o

---

<sup>34</sup> Sobre o etapismo ler DEL ROIO, 2003.

processo da reforma agrária. As medidas relevantes compreendiam: 1) medidas para o combate à inflação; 2) reforma tributária; 3) reforma administrativa; 4) reforma agrária; 5) reforma cambial; 6) reforma bancária; 7) código de telecomunicações; 8) controle da remessa de lucros para o exterior; 9) eliminação dos abusos do poder econômico; 10) reformulação da política de comércio exterior; 11) nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos controladas pelos capitais estrangeiros; 12) institucionalizar o planejamento econômico e social. (VIANA, 1980, p. 127, *apud* LOVATTO, 2010, p.94)

Esse programa ficou marcado por uma intensa disputa, afinal, as frações burguesas ligadas ao imperialismo norte-americano seriam fortemente afetadas por ele, assim, existia uma correlação de forças que se enfrentavam entre nacionalistas e os setores representantes do capitalismo dependente.

O golpe militar de 1964 destruiu não só o PCB como também algumas de suas teses. Além de não ter ocorrido o que esperavam com a primeira etapa de uma revolução democrático-nacional antiimperialista/antifeudal, o que ocorreu foi a aliança de classe e frações de classe possibilitando o golpe: “[...] apenas confirmou a fragilidade da tese pecebista de que a burguesia nacional não tinha interesse em se aliar ao latifúndio e ao imperialismo.” (LOVATTO, 2010, p.99).

Mas como já foi contextualizado, toda essa influência pecebista não se dava ao acaso, e sim foi impulsionado pelas manifestações políticas e sociais que estavam em seu ápice, tornando muito favorável o acúmulo de forças das classes e frações de classe que buscavam mudança na sociedade, em especial os movimentos agrários, operários e estudantis. O PCB, assim, levou a cabo o debate e a organização da classe trabalhadora, mas teve o alicerce de outros setores essenciais de destaque, como o trabalhismo do PTB e a nova força católica de esquerda derivada das organizações Juventude Universitária Católica - JUC e Juventude Operária Católica - JOC, a Ação Popular - AP.

### **2.1.3 - A defesa das Reformas**

Existiram diversos partidos, organizações, movimentos e frentes de esquerda que atuaram no governo Goulart em defesa das Reformas, e além, contra qualquer aliança com a direita presente no congresso.

O PTB - claro, por ser o partido de João Goulart -, a partir da figura de liderança de Leonel Brizola, defendia fortemente as Reformas, e unido a esse

nacionalismo petebista outra organização muito importante para a época foi a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que tinha o objetivo de aprovar no Congresso nacional projetos de lei de cunho nacionalista/reformista. A FPN era composta 60% pelo PTB e o restante de membros de variados partidos que se aliavam aos ideais.

Em 1963, os dirigentes da FPN publicaram um termo de compromisso em que se comprometiam a sustentar e votar no Congresso projetos de lei relativos à: democratização institucional; democratização do ensino e cultura; reforma agrária; abastecimento e custo de vida; desenvolvimento econômico independente e a política externa independente. Além de atuarem nas comissões legislativas para que fossem aprovados projetos relativos às reformas de base, controle de remessas de lucro e previdência social<sup>35</sup> (DELGADO, 1994).

O desenrolar dos acontecimentos levou a FPN a encampar a proposta das Reformas de Base, especialmente a da Reforma Agrária. Em 1961, por exemplo, o deputado e médico, atuante das lutas sindicais Adão Pereira Nunes leu um documento oficial da FPN que se centrou basicamente em questões relativas à reforma agrária. O mesmo ocorreu em janeiro de 1964 quando o deputado, sociólogo e ex-diretor do ISEB<sup>36</sup> Roland Corbisier subiu à tribuna da Câmara Federal para defender o decreto-lei presidencial que permitia à Superintendência da Política Agrária (SUPRA) desapropriar as glebas acima de 100 hectares que não estivessem sendo exploradas. Assim, o objetivo do Governo Federal era o de dar início à reforma agrária no território nacional.

Uma outra importante organização foi a Frente de Mobilização Popular (FMP), que, novamente, liderado por Brizola, unia diversos partidos, grupos e movimentos de esquerda. Como dizia Ruy Mauro Marini, a FMP agia como um “parlamento das esquerdas”<sup>37</sup>. E como coloca Ferreira (2013):

A FMP pressionava João Goulart para que decretasse imediatamente as reformas de base, afastando-se do Partido Social Democrático (PSD) e entrando em confronto direto com os grupos de direita. Leonel Brizola e as esquerdas reunidas na FMP ainda se apresentavam como força de esquerda que poderia viabilizar as reformas no lugar do PCB, partido interpretado como moderado diante das lutas sociais da época.(FERREIRA, 2013, p. 119)

---

<sup>35</sup> A reprodução do texto integral lido no Congresso é encontrado em : MAGALHÃES, Sérgio. *Prática de Emancipação Nacional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964, p.155-158.

<sup>36</sup> Roland Corbisier deixou a diretoria do ISEB em 1962 para se candidatar a deputado federal, logo após, Álvaro Vieira Pinto assume seu posto.

<sup>37</sup> Citado em DELGADO, 1989, p.236.

## 2.2 - O conjunto das Reformas de Base

A seguir essas considerações feitas vamos ao cerne desta pesquisa, o significado e o conteúdo das Reformas de Base.

O programa atacou os problemas estruturais do Brasil, demonstrando que o governo Goulart tinha um projeto de nação para o país, com uma agenda para o Estado de forte caráter social e soberano. Assim, Jango assentou-se na colaboração entre o Estado - na qual se incluíam os oficiais nacionalistas e os intelectuais formuladores do governo -, a classe operária organizada e a burguesia industrial nacional, sendo o Estado o eixo articulador dessa aliança.

Como já explicado, o planejamento era o ponto de referência para que se realizasse as reformas, tendo como objetivo uma reorganização do sistema administrativo federal para que se tivesse o melhor aproveitamento possível dos recursos já disponíveis. Afinal, Jango herdou problemas candentes e difíceis de resolver: candente pela urgência que deveria ser tratado, difícil pela complexidade dos interesses políticos e econômicos em jogo. De imediato se sobressaiu questões como a dívida externa e a lei de remessa de lucros.

O Governo sinalizou como desdobramento dessa preocupação, um processo crescente de racionalização dos gastos públicos. Ao lado deste movimento, entretanto, o Estado deveria decidir pelo reescalonamento da dívida externa permitindo ao Governo dispor de maior soma de divisas para liberar recursos a fim de acelerar o crescimento da economia nacional. Ainda no âmbito do planejamento, três problemas foram combatidos neste momento: a remessa de lucros, a defesa do patrimônio mineral e o monopólio de importação. E dentro dos pilares das Reformas de Base, o planejamento dos recursos, o presidente explica em sua mensagem ao Congresso Nacional:

Apesar dos obsoletos instrumentos de que dispõe no setor financeiro, pôde o Governo controlar, de modo positivo, a execução orçamentária do exercício de 1963, reduzindo em cerca de 40% o déficit potencial.[...] Mediante o estabelecimento de um orçamento monetário, procurou o Governo conter, dentro de limites razoáveis, a expansão monetária global e a despesa pública, adequando o crescimento dos gastos públicos e privados à estrutura da produção, com o que foram evitadas distorções em alguns setores. (GOULART, 1964, p.12)

A mensagem ao parlamento prosseguiram com as metas, que listo aqui, a serem contempladas pelo programa das Reformas: previdência social; habitação;

agricultura e abastecimento; saneamento; desenvolvimento regional; consolidação administrativa de Brasília; aproveitamento do potencial energético; plano nacional de telecomunicações; expansão da Petrobrás; reaparelhamento dos portos; renovação tecnológica das Forças Armadas; constituição de uma nova empresa para a exploração das jazidas de ferro e a imediata expansão da Companhia Vale do Rio Doce; investimento no sistema ferroviário nacional e a implantação de uma Universidade moderna que atenda aos interesses nacionais e o financiamento do programa.

Ainda assim, tendo como base um estudo feito por Oswaldo Munteal (2008), o tripé das Reformas poderia ser delineado como 1) Reforma Agrária; 2) Reforma Política e 3) Reforma Universitária. Para João Goulart, a Reforma Agrária seria àquela que melhor compreendia e realizaria o que seu governo ambicionava, um maior alcance social e econômico.

No quadro das reformas básicas que o Brasil de hoje nos impõe, a de maior alcance social e econômico, porque corrige um descompasso histórico, a mais justa e humana, porque irá beneficiar direta e imediatamente milhões de camponeses brasileiros, é, sem dúvida, a Reforma Agrária. (MUNTEAL, 2008, p.51)

Com o objetivo de solucionar a questão da posse de terras, a Reforma Agrária deveria garantir o acesso à propriedade a milhões de trabalhadores do campo, assim, propondo a mudança de um dispositivo na Constituição, prevendo a desapropriação da terra por necessidade, utilidade pública ou interesse social, nesse caso, mediante a prévia indenização em dinheiro. A mudança na Constituição entrava justamente nesta questão, permitindo que os proprietários fossem pagos ao longo dos anos, após a desapropriação, com títulos da dívida pública.

A ninguém é lícito manter a terra improdutivo por força do direito de propriedade. — Poderão ser desapropriadas, mediante pagamento em títulos públicos de valor reajustável, na forma que a lei determinar: a) todas as propriedades não exploradas; b) as parcelas não exploradas de propriedade parcialmente aproveitadas, quando excederem a metade da área total. — Nos casos de desapropriações, por interesse social, será sempre ressalvado ao proprietário o direito de escolher e demarcar, como de sua propriedade de uso lícito, área contígua com dimensão igual à explorada. (*ibid*, p.53)

Essa reforma devolveria ao controle do Estado centenas de milhões de hectares de terra, sobretudo no Brasil Central e na Amazônia, apropriados abusivamente através de chicanas e grilagens por grandes latifundiários, com

objetivo especulativo. Por essa via legal é que o Presidente pretendia dar terras, em pequenos lotes, a dez milhões de famílias.

Quanto a Reforma Política, no plano dos direitos políticos, para Jango, era substancial a forte ampliação do direito ao voto, afinal, ela, assim como a Reforma Educacional/Universitária, atenderia a um objetivo mais poderoso, o da capacidade da classe trabalhadora de compreender a natureza das coisas. O voto se estenderia principalmente a dois setores importantes: os analfabetos e os inferiores das Forças Armadas, de sargento para baixo, no caso do Exército.

A Constituição de 1946, entre outros privilégios, consagrou, no campo eleitoral, normas discriminatórias que já não podem ser mantidas, em razão da justa revolta que provocam e da limitação numérica dos quadros eleitorais, que vem estimulando as atividades de órgãos de corrupção, os quais, por força do poderio econômico, procuram degradar a mais nobre das instituições democráticas: a representação popular.

São inadmissíveis, na composição do corpo eleitoral, discriminações contra os militares, como as praças e os sargentos, chamados ao dever essencial de defender a Pátria e assegurar a ordem constitucional, mas privados, uns, do elementar direito do voto, outros da elegibilidade para qualquer mandato.

Outra discriminação inaceitável atinge milhões de cidadãos que, embora investidos de todas as responsabilidades civis, obrigados, portanto, a conhecer e a cumprir a lei e integrados na força de trabalho com seu contingente mais numeroso, são impedidos de votar, por serem analfabetos. Considerando-se que mais da metade da população brasileira é constituída de iletrados, pode-se avaliar o peso dessa injustiça, que leva à conclusão irrecusável de que o atual quadro de eleitores já não representa a Nação, urgindo sua ampliação para salvaguarda da democracia brasileira. (*ibid*, p. 54-55)

Para tanto, como explica Munteal, pode-se pensar apressadamente acerca dos discursos de Jango que seu conteúdo é reformista, porém, mais importante, é preciso fundamentar o problema tratado, a “circunstância em que foi posto o plano”, o que e quem ele atingiria. Era democracia demais para as classes dominantes.

Como se demonstrava, as Reformas não estavam só formuladas criteriosamente, como em marcha para se concretizarem. Isso uniu profundamente toda a direita brasileira contra o governo, dissolvendo até as suas tensões internas, em especial, se uniram dois blocos partidários que se desesperavam cada vez mais ao verem o PTB crescer, a UDN e o PSD, este último tendo rompido com Goulart próximo do lançamento das Reformas. Dois Brasís se defrontavam ali. De um lado, estava o Brasil das Reformas de Base, empenhado em abrir perspectiva para uma nova era, fundada numa prosperidade oriunda da ativação da economia rural e da

mobilização da economia urbana, ampliada através das outras reformas em marcha: a urbana, a fiscal, a educacional e a administrativa. Na vertente oposta, estava o Brasil das frações das classes dominantes, em união sagrada para a conspiração e o golpe, sem qualquer escrúpulo.

### **2.3 - A Reforma Educacional na mensagem ao Congresso Nacional**

Em 15 de março de 1964, João Goulart enviou ao Congresso Nacional uma carta remetida na abertura da sessão legislativa daquele ano, a fim de demonstrar a conjuntura do Brasil em todos os âmbitos, e apresentar as devidas soluções através das chamadas “reformas de base”, soluções essas que Jango julgava necessárias para impulsionar o desenvolvimento do país e quais medidas institucionais e estruturais precisariam ser radicalmente alteradas, pois impediam a aceleração do progresso. Goulart considerava sua mensagem uma forma de representar todos os “brasileiros progressistas” (GOULART, 1964, p.5) preocupados com o desenvolvimento do país, nos quais unidos, realizariam as transformações necessárias de uma “sociedade arcaica” rumo à uma sociedade de fato democrática e livre. Jango acreditava que a população brasileira estava cada vez mais convicta e consciente do avanço, e de que força alguma, interna ou externa, seria capaz de conter o “ímpeto criador de um povo”, afinal, inconformados com o atraso, a ignorância e a miséria, estariam deliberados a progredir.

Darcy Ribeiro, aliado político de Jango e um dos idealizadores da reforma universitária de seu governo, em seu livro intitulado *A Universidade Necessária*, demonstra o seu descontentamento com as universidades diante suas convivências com o capitalismo dependente da América Latina, seus desempenhos culturais e científicos, denominado por ele como medíocres e a irresponsabilidade com quem a mantém funcionando, questões que contribuem grandemente para o atraso proposital da América Latina<sup>38</sup>. Ribeiro coloca que sua visão, ainda assim, é radicalmente otimista, visto que acreditava na erradicação dessa convivência, na superação da mediocridade e no vencimento da alienação na qual está denunciando. O livro contribui para o debate sobre o papel da universidade na sociedade atual do período e qual sua posição na luta contra o subdesenvolvimento,

---

<sup>38</sup> RIBEIRO, 1975, p.3.

debate que no momento mobilizou muitas pessoas, pois se questionavam sobre as forças que trabalhavam para reproduzir o mundo que vivemos, e destaca o papel da rebeldia juvenil nas nações subdesenvolvidas, para o autor, estudantes privilegiados, no sentido da virtude do desenvolvimento do pensamento crítico, esses sabem que ao ingressarem no mundo trabalho serão tomados pela dominação capitalista exacerbada, mostrando assim, o papel da luta juvenil no combate à hegemonia, demonstrando o caráter geracional que a tomada de consciência pela inconformidade diante as estruturas de poder, possuem. Esse pensamento demonstra o porquê de João Goulart acreditar que a classe trabalhadora brasileira teria toda a condição de impulsionar a execução de suas reformas. Darcy Ribeiro descreve o que eu caracterizaria, em sua própria linha de análise, de “motivação da reforma” que coloco aqui integralmente:

Para eles - quero dizer - para nós latino-americanos, a tarefa histórica consiste em integrar-se a qualquer preço na nova civilização, rompendo as barreiras do atraso. Rompendo-as de maneira subalterna, através da atualização histórica e/ou de uma modernização reflexa, que os condenará - nos condenará - à condição de proletariado externo de outros povos. Ou, rompendo-as pela via da aceleração evolutiva, através de revoluções sociais que nos permitam empreender transformações tão radicais em nossos modos de ser que possibilitem nossa incorporação como sociedades autônomas, dentro de prazos previsíveis, à nova civilização. (RIBEIRO, 1975, p.13)

A decisão das mudanças estruturais, vem de um longo estudo acerca de identificação do que impedia o avanço, e quais eram os contrastes apresentados na atual fase de desenvolvimento do Brasil, como coloca João Goulart:

[...]a imensa maioria da nossa população é sacrificada, quer no relativo à justa e equânime distribuição da renda nacional, quer no referente à sua participação na vida política do País e nas oportunidades de trabalho e de educação que o desenvolvimento a todos deve e pode oferecer. (GOULART, 1964, p.6)

Dessa forma, as propostas das novas Reformas de Base entram como substituições das antigas estruturas que geram enormes contradições em relação aos processos de transformações sociais rumo ao desenvolvimento, visando a estabilidade econômica, ampliação do mercado de trabalho e, principalmente, aumentar o nível de vida dos brasileiros. O planejamento governamental proposto por Jango era muito mais do que aspirações progressistas, era a norma de ação do seu governo, que exigiria esforços e fundos compatíveis com a magnitude dos problemas por ele mencionados, sem descartar os frutos do desenvolvimento já executado anteriormente em outros governos, na qual João Goulart deixava claro que seguiria

esse legado desenvolvimentista, mas ampliando grandemente, unido a seu propósito anti-imperialista, para o presidente, qualquer antiga estrutura que legitimasse discriminações e injustiças, e que, principalmente, desqualificassem o trabalho o tornando instrumento de opressão, não seriam nem defendidos e nem omitidos por ele, e se comprometia com a ação de que o trabalho se tornasse uma “arma pacífica da eliminação de privilégios e desníveis” (*ibid*, p.8).

Desse modo, a alteração no processo geral de produção era a sua principal bandeira, demonstrando seu caráter de combate à opressão e seu trato com a libertação da classe trabalhadora, em especial a rural. Assim, a educação formal e técnica e a assistência à força de trabalho no Brasil eram suas principais missões, visto que a qualificar era garantir finalmente uma soberania nacional rumo ao fim da dependência.

A tarefa de adequar o ensino aos objetivos desenvolvimentistas era de caráter essencial para o sucesso da integração da classe trabalhadora na comunidade brasileira. No ano de 1964 somente 46% das crianças brasileiras frequentavam a escola, e apenas 10% dos adolescentes conseguiam ingressar nas escolas de grau médio<sup>39</sup>. A principal mudança seria tornar o ensino primário obrigatório e universal, ampliando cada vez mais o acesso dos jovens a escolas de nível médio. Para isso o Ministério da Educação estaria “executando um programa de construção de 5.800 salas de aula e reequipamento de mais de 10.000 e de suplementação dos salários da professora primária” (*ibid*, p.21). Simultaneamente, João Goulart promove uma intensa campanha de alfabetização de adultos, com o objetivo de erradicar o analfabetismo, diversos profissionais e instituições de ensino estariam sendo convocadas para atuar nesse projeto nacional<sup>40</sup>.

No que diz respeito à industrialização e a urbanização, fundamentais a países que buscam o desenvolvimento, era de caráter urgente a habilitação profissional, já que Jango destacava o desnivelamento cultural das massas populacionais frente às mudanças estruturais provocadas pelo crescimento econômico, como a grande emigração para as cidades visto o surto industrial, isso acontece pois as cidades ficam sitiadas<sup>41</sup> por essas populações que atenderam ao chamado da

---

<sup>39</sup> *ibid*, p. 21

<sup>40</sup> A questão da erradicação do analfabetismo será explorada ainda neste item.

<sup>41</sup> *ibid*, p.162

industrialização mas não se integram no meio urbano, provocando danos sociais por conta das mudanças estruturais, desse modo, caberia ao poder público fazer com que o desenvolvimento não custasse o sacrifício de populações desfavorecidas, e assim, revise os objetivos, fundamentos e métodos da política nacional de educação, o fazendo estreitamente alinhado com os interesses e necessidades do Brasil, imprimindo características científicas mais avançadas. Afinal, a educação seria uma das principais condições que elevariam os níveis das aspirações populares, que diante um regime democrático, segundo Goulart, o povo deveria ter condições de contribuir conscientemente aos problemas complexos.

O governo compreendia que mesmo com leis e textos constitucionais que protegessem as camadas mais pobres do Brasil, elas não surtiriam efeito caso essas camadas não fossem preparadas culturalmente para os exercícios de seus direitos e deveres, sem tal condição, não haveria progresso político e social, para tanto, Goulart coloca:

Orientando-se pela compreensão desses aspectos essenciais do problema educacional brasileiro, o Governo empenha-se em proceder, nessa área, a uma das mais profundas reformas de base, a fim de que os benefícios da educação deixem de constituir privilégio de grupos sociais e mesmo de regiões do próprio País. (*ibid*, p.225)

Os princípios básicos que norteariam o esforço governamental para a educação eram a democratização da cultura e habilitação profissional. Para a meta quantitativa do ensino elementar, o governo tinha o objetivo de proporcionar a educação primária a todas as crianças de 7 a 11 anos de idade, que no cenário brasileiro da época, mais de 6 milhões nessa faixa etária estavam fora da escola - como mostrado na tabela apresentada anteriormente - já na meta qualitativa, o governo visava aperfeiçoar o ensino elementar, principalmente nas zonas rurais e urbanas mais precárias, pois como mostrado na tabela no início do capítulo, sem a prioridade de implementação do projeto no campo, o efeito não seria contemplado.

Seu programa de execução visava a construção de 5.984 salas e o reequipamento de 10.000 salas, e durante o ano da mensagem, promover um aumento de mais de 2 milhões de vagas para a rede escolar de primeiro grau. Mas o governo tinha uma atenção especial e fundamental para realizar esses objetivos quantitativos, o aperfeiçoamento e especialização da formação dos professores primários, de forma que “o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverá; em

1964, preparar 2.000 professores-supervisores e especialistas em educação elementar e o Departamento Nacional de Educação, mais 1.150 professores-supervisores” (*ibid*, p.226).

Na mensagem, João Goulart desdobra porque e como seria realizada a Reforma especificamente nos diferentes níveis escolares para atender a todos esse objetivos. Como será demonstrado a seguir.

### **2.3.1 - O grau médio**

O estudo para entender a juventude, seus anseios e tarefas, também se tornava substancial na luta pela democratização do grau médio, para a adequação às necessidades desses jovens e como, paralelamente, os fariam contribuir ativamente para o desenvolvimento. A solução encontrada pelo MEC foi a de associar a educação para o trabalho, os preparando e qualificando adequadamente. As oportunidades assim, deveriam ser multiplicadas para que abrangesse os 12 milhões de adolescentes<sup>42</sup> que não frequentavam o segundo grau pelos mais variados motivos que em sua maioria englobavam a questão de classe. Isso representava 90% da população dessa faixa etária no período, desse modo, o governo privilegiaria planos mais realistas e emergenciais a fim de “impedir que essa aspiração popular continue frustrada” (*ibid*, p. 166), isso se relaciona ao fato de alterar o sentido da escola secundária, se adequando às urgências do país e, principalmente, desses jovens.

Em face dessas necessidades, o governo pretendia, a partir do programa elaborado, estender à todos os municípios a possibilidade da instalação de escolas de 2º grau, para isso, seria incentivado o uso da capacidade ociosa das escolas, permitindo que nelas funcionem a 1ª e a 2ª séries do 1º ciclo, já nas cidades mais populosas, buscariam ampliar a oferta até a 3ª e a 4ª séries, garantindo, de forma gradual, que toda a população tivesse acesso ao 2º grau completo — especialmente na modalidade profissionalizante — responsável pela formação de técnicos de nível médio, etapa considerada essencial para qualquer plano de desenvolvimento. Novas escolas seriam instaladas com o recurso destinado aos Estados, porém, o governo também pretendia executar um programa de recuperação das Escolas Técnicas da

---

<sup>42</sup> *Ibid*, p. 166.

rede nacional do período, de modo que esses jovens fossem encaminhados para lá, aproveitando melhor esse locais já existentes e tornando-os aptos à ministrar:

1º) cursos especiais vespertinos e noturnos de habilitação profissional para o pessoal qualificado das indústrias; 2º) cursos tecnológicos de formação profissional altamente qualificada para jovens graduados em nível colegial; 3º) cursos especiais de formação profissional para jovens que frequentam ou frequentaram cursos ginasiais. (*ibid*, p. 167)

Um programa intensivo de habilitação profissional junto às escolas técnicas, com o objetivo de formar em 20 meses cerca de 50.000 trabalhadores qualificados, também estava em desenvolvimento. Outro esforço seria concentrado na implantação de 120 dos chamados “ginásios modernos”, onde seriam ministrados cursos de 2º, 3º e 4º séries do 1º ciclo do nível médio voltados para o trabalho, com a grade do ensino básico comum somado à escolha da área profissional: comércio; indústria e agricultura, sendo esta escolha voltada à escola, família e comunidade junto aos problemas regionais, para que a realidade estivesse intrínseca ao processo educativo.

A formação de professores também seria ampliada para que essa execução se tornasse viável, por meio da preparação de cursos intensivos que pretendia atingir 20.000 docentes no mesmo ano de publicação da carta. Isso enquanto se aprimora a formação profissional nas faculdades de filosofia do país, para que estes sim, componham a totalidade do quadro de professores de grau médio. Com a atenção voltada ao desenvolvimento dos programas, ações como difusão de experiências pedagógicas, divulgação de oportunidades na área educacional atrelado à orientações vocacionais principalmente aos pais, instalação de centros de documentação pedagógica e assistência às organizações dos estudantes e dos educadores, seriam contemplados em prol do aperfeiçoamento e expansão do grau médio.

Um programa que pretendia alcance em larga escala era o *Sistema Nacional de TV-Rádio Educação*, que com o objetivo de recuperar culturalmente os jovens acima de 16 anos que nunca tiveram a oportunidade de frequentar o nível médio, visava os preparar para os chamados “exames de madureza”, exames realizados para certificar a conclusão de ciclos de ensino, principalmente para jovens que não concluíram o ensino regular na idade esperada, estes exames abririam portas para o ingresso no nível superior ou para o mercado de trabalho, com esta finalidade,

regulamentou o Decreto nº51.680-A<sup>43</sup>, que instituiu bancas permanentes para a realização dos exames.

A questão da falta de vagas nos anos ginasiais também entraria no plano de desenvolvimento, no qual os alunos excedentes que passaram no exame para ingressarem na 1ª série, seriam criadas novas classes e ampliação das bolsas de estudo, impedindo que os alunos habilitados não estudem por falta de vaga. Já os alunos reprovados nos exames, seriam matriculados na 6ª série primária, em que aprenderiam novamente os conteúdos da 5ª série em uma espécie de “intensivão” junto do ensino das disciplinas da 1ª série do ginásio, esses alunos prestariam novamente o exame já para a 2ª série ginasial, assim, sem perderem o ano. Essa providência pretendia atingir cerca de 100.000 jovens no Brasil e impedir a evasão escolar devido a impossibilidade de estudar.

### **2.3.2 - A reforma universitária**

O papel das Universidades era um dos principais para o projeto de emancipação econômica e cultural dos brasileiros que almejava Jango, visto que seu esforço destinava-se a transformar o ensino superior em uma formação de alto nível que atenderiam às necessidades do progresso industrial, por meio da reformulação dos currículos universitários e dobrando o número de matrículas, aumentando radicalmente o número de jovens preparados cientificamente e tecnicamente. Para Darcy Ribeiro a universidade é a “símile conceitual do mundo” (RIBEIRO, 1975, p.14) isso porque ela reflete todas as alterações substanciais que existem na vida social, e possui a capacidade de imprimir a cultura exógena e propor transformações racionais da totalidade social em que ela participa.

No ano de 1963, um pouco mais de 100.000 jovens matricularam-se nas universidades brasileiras<sup>44</sup>, esse número correspondia a 1% de toda a juventude do Brasil no período, ou seja, apenas 1% dos jovens tinham acesso ao ensino superior. Desse modo, o governo, assim como no grau médio, formularia de imediato novos programas universitários para formação de mão-de-obra urgente e para duplicação

---

<sup>43</sup> Decreto nº 51.680-A, de 22 de janeiro de 1963, que regulamenta os exames de madureza no sistema federal de ensino, nos termos do Parecer nº 14 do Conselho Federal de Educação. Publicação original. Disponível em: *Legislação Informatizada – Câmara dos Deputados*.

<sup>44</sup> GOULART, 1964, p. 169.

de matrículas, já determinados no Decreto nº 56.642<sup>45</sup>. O diálogo entre as universidades e o sistema de produção seria imprescindível para que se realizasse essa questão, a rentabilidade que traria deveria ser compatível com o investimento feito no nível superior, visto que era um momento crucial na procura de técnicos diante das reformas estruturais. Sendo assim, o governo visava que toda a capacidade ociosa, tanto dos prédios e campus universitários, quanto de seus estudantes, seriam usados para habilitação profissional de nível médio e para campanhas de cultura popular e conseqüentemente a difusão dos conhecimentos básicos para a classe trabalhadora, assim, todo o investimento seria imediatamente ressarcido a quem o governo queria chegar de fato, seja inserindo os trabalhadores no nível superior, seja a propagação desse vasto conhecimento para àqueles que ainda não conseguiram/puderam ingressar, divulgados por aqueles que estavam inseridos.

Para que isso se realizasse, a Universidade Federal de São Paulo - localizada no período em uma região altamente industrial, o ABC paulista<sup>46</sup> -, instalou cursos de formação técnica de alto nível, na qual alunos de grau médio poderiam assistir às aulas teóricas na universidade e teriam suas aulas práticas nas indústrias da região. Também seriam criados 22 colégios universitários nas próprias universidades que ministrariam o 3º ano do 2º ciclo secundário.

A centralização universitária também era uma solução que o governo concentraria sua atenção, isso porque esse entendia que a fragmentação dos setores dentro da estrutura universitária multiplicava instalações, equipamentos e trabalhadores para tarefas idênticas ou muito parecidas, o que desproporcionava os orçamentos dos diferentes setores e departamentos e o número de alunos matriculados, causando uma baixa rentabilidade de investimento público, por isso a necessidade de centralização do ensino e pesquisa que estivesse a serviço de toda a universidade. Representando essa mudança, a Universidade Federal de São Paulo criou os Institutos Básicos de Química, Física, Biologia e Matemática, e estariam estudando a instalação de um Instituto de Bioquímica, que englobaria a

---

<sup>45</sup> Decreto nº 53.642, de 28 de fevereiro de 1964, que dispõe sobre a duplicação de matrículas no primeiro ano das escolas superiores. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 fev. 1964.

<sup>46</sup> Hoje em dia existem 8 campus da Universidade Federal de São Paulo localizados em várias regiões da grande São Paulo, mas no período tratado, ela era localizada apenas na região do ABC.

todos, isso absorveria todos os candidatos excedentes dos vestibulares, que antes, embora aprovados, não tenham obtido vaga na instituição.

Visto as contradições do processo de industrialização brasileira devido a precariedade das infraestruturas que não suportariam o atual projeto de desenvolvimento, João Goulart propõe diversas novas estruturas que acenderiam a economia em todos os níveis. No nível educacional, o grande projeto para o futuro era a Universidade de Brasília, que tinha como objetivo não só ampliar fortemente o ensino e pesquisa científico e cultural da capital do país, como também prestar assessoria técnica e científica ao planejamento do governo federal a partir de todos as áreas do conhecimento, isso necessitaria de um alto investimento para custeio do equipamento científico indispensável, aquisição do acervo das bibliotecas e pagamento do pessoal docente e técnico que deveria vir de outros países, mas além desses investimentos, a UNB já contava com recursos vindos de organismos internacionais e fundações.

A fim de democratizar o sistema escolar e o colocar a serviço do governo e seus planos desenvolvimentistas, a Universidade de Brasília era um projeto piloto na qual se implantaria o novo modelo de universidade no Brasil, que se assemelharia aos mais avançados modelos universitários do mundo. A UNB destinava-se a produzir o mais alto nível de conhecimento científico e tecnológico, sobretudo, o estudo dos problemas nacionais com o objetivo de formular soluções compatíveis com a realidade do país. Desse modo, foi recrutado em todos os estados brasileiros, intelectuais que desejavam-se dedicar a esses princípios.

João Goulart reitera na mensagem o seu empenho em arranjar uma solução harmônica e pacífica para a renovação institucional do Brasil, que após ser instaurado novamente o regime presidencialista, expôs a sua campanha pelas Reformas de Base que acreditava englobar tudo aquilo que acreditava e pretendia, ou seja, a elevação do padrão de vida da classe trabalhadora e, principalmente, uma mudança estrutural em todos os âmbito do Brasil.

A Reforma Universitária tinha objetivos claros e determinantes, começando pela ampliação da liberdade dos docentes no exercício do magistério, a retirada do domínio arbitrário da cátedra, que possibilitaria ao ensino superior a renovação da ciência, da técnica e da transmissão de conhecimento. A lei ordinária regulamentaria

a carreira do magistério, com a seleção dos docentes e seus respectivos departamentos.

Goulart deixava claro a necessidade fundamental da reforma educacional visto o seu projeto de desenvolvimento nacional, afinal, sem ela, não haveria solução para o tipo de sociedade que a classe trabalhadora brasileira reclamava e vinha construindo, elas reivindicavam a integração na vida social e política junto a redenção econômica (GOULART, 1964, p.161). Quando uma sociedade faz rápidas mudanças nos métodos de produção alterando junto às relações sociais, se faz indispensável tal país possuir um projeto de ensino-aprendizagem à altura, na qual a democratização do ensino seja condição básica para o desenvolvimento econômico e continuidade do regime democrático, trazendo as mais modernas técnicas às mãos dessa classe trabalhadora e não mais apenas no domínio da classe dominante frequentadora de todos os graus escolares. A universidade portanto tem justamente esse papel de refletir, pensar e agir um mundo com sabedoria e liberdade, antevendo conceitualmente o futuro humano.

Enfrentar os desequilíbrios regionais também fazia parte de seu projeto, afinal, esse era um dos pilares da desigualdade a qual desejava combater, Goulart acreditava que era dever do Estado democrático elaborar medidas econômicas que estimulassem o crescimento de regiões com menor renda. Em relação ao campo universitário na região Nordeste, por exemplo, com a ação governamental e intermédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o programa de bolsas para alunos que estariam se preparando para exames vestibulares duplicariam na região, como explica Goulart neste trecho da carta:

[...] elevando-as de 500 a mil unidades, que se somam a 500 bolsas para estudantes universitários; 60 Laboratórios de Ciências Básicas serão instalados nos colégios secundários da região e o Programa de Reequipamento das Universidades terá sua execução acelerada com o financiamento de inúmeros projetos já aprovados. Esse Programa dará realce especial ao reaparelhamento, em convênio com a Escola de Agronomia de Piracicaba, da Escola de Agronomia de Areia, Paraíba, destinada a transformar-se no melhor centro de ensino agrônomo do Nordeste. (*ibid*, p.205)

É inegável que as suas tentativas de avanços educacionais implicariam intencionalmente no desenvolvimento de todos os outros âmbitos nacionais, com o entrosamento entre as instituições políticas brasileiras, a fim de reivindicar finalmente a sociedade reclamada pela classe trabalhadora efervescente no período.

### 2.3.3 - O plano de erradicação do analfabetismo

O programa de erradicação do analfabetismo era também um dos pilares da Reforma, pois entendia o governo que todas as pessoas deveriam ter o mínimo de condição para participar e contribuir ativamente para os interesses da sociedade, não apenas no sentido do conhecimento técnico, mas da ação consciente para uma vida política.

Para que se realizasse essa grande transformação, o governo buscava convocar a classe trabalhadora brasileira para contribuir:

[...] tais como estudantes de ensino médio e superior, professores de todos os graus de ensino, escolas oficiais e particulares, as classes produtoras e as Forças Armadas. Não serão esquecidos os modernos recursos de comunicação, utilizando-se o sistema nacional de TV-Rádio Educação e ainda 35 mil projetores, nos círculos de cultura — unidades alfabetizadoras que, no Sistema Paulo Freire, substituem as clássicas e custosas salas de aula. Além disso, será assegurado todo o apoio do Governo aos movimentos e campanhas de cultura popular, partam de fontes oficiais ou sejam fruto de iniciativas particulares. (*ibid*, p. 165)

Apesar de fazer parte da reforma educacional proposta oficialmente na carta em 1964, o plano de erradicação de analfabetismo já havia sido lançado por João Goulart, por meio do MEC, em 16 de julho de 1963, com o nome de *Campanha Nacional de Alfabetização*, que surge influenciado pelas experiências de aplicação do método de Paulo Freire<sup>47</sup>, na qual valorizava a autonomia pedagógica do estudante, contrapondo-se ao que o educador chamava de “educação bancária” — modelo em que o professor é visto como centro do processo de aprendizado, limitando-se a “depositar” o conhecimento junto aos alunos.

Nos meses seguintes, Freire coordenou o levantamento de dados e pesquisas para nortear a campanha e elaborou os cursos voltados à preparação dos professores e coordenadores. Em setembro de 1963, foi realizado em Recife o “Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular”, que serviu como uma plataforma para difundir a informação sobre a campanha e cooptar a colaboração de setores da sociedade civil, como Goulart escreve na carta ao Congresso. A campanha previa a instalação de mais de 60.000 Círculos de Cultura, que deveriam alfabetizar até 5 milhões de pessoas em um prazo de dois anos<sup>48</sup>. A formalização da campanha veio finalmente com o *Plano Nacional de Alfabetização*,

---

<sup>47</sup> As experiências serão apresentadas no capítulo 3.

<sup>48</sup> SILVA, 2024.

em janeiro de 1964, entretanto, enfrentou forte resistência das oligarquias e dos setores reacionários, afinal, se bem sucedido, o projeto tocado por Paulo Freire daria direito ao voto à 5 milhões de eleitores das classes mais baixas, desvinculados dos interesses das classes dominantes. Além disso, o modelo pedagógico de Freire incentivava a participação política dos alfabetizando visando a reordenação política da sociedade.

Outro problema que o governo buscava enfrentar era o dos baixíssimos salários dos professores de educação primária brasileiros, e naquele ano a União deveria destinar 10 bilhões de cruzeiros para a suplementação dos salários de mais de 120 mil professores<sup>49</sup>.

Dessa forma, a educação elementar foi colocada como uma das prioridades do plano no quesito recursos por conta dos objetivos: a democratização da cultura e incremento da produção nacional, que levariam o Brasil ao desenvolvimento e a ruptura com a dependência externa. E acerca da efervescência juvenil como essencial nessa questão, em um estudo feito por Sueli Mendonça (1990) sobre a experiência da *História Nova*<sup>50</sup> realizada nesse contexto, coloca:

A formação de uma consciência cívica nos estudantes foi um dos objetivos centrais, pois deviam participar da vida política nacional, porque além de se constituir em um aprendizado político para aqueles que assumiriam a liderança do país, era uma forma de introduzir, no debate político nacional, um setor da população que tinha mais preparo para isso do que a média da população brasileira, que era - como todos nós sabemos - e ainda infelizmente é, em grande parte, desinformada por falta de oportunidade. (MENDONÇA, 1990, p.20)

Mesmo não realizando propriamente as Reformas de Base, o Governo João Goulart propiciou o início de algumas delas a partir de programas ou do financiamento de projetos, isso porque alguns setores de forças políticas mais à esquerda que compunham o Governo conseguiram abrir espaço para a implementação de parte de algumas Reformas. Esse é o caso da Reforma educacional e universitária, a partir do Ministério da Educação e Cultura, que apoiou ou até mesmo incorporou as experiências que estavam sendo realizadas no período em prol da educação brasileira. Estas que serão tratadas no próximo capítulo.

---

<sup>49</sup> GOULART, 1964, p. 165.

<sup>50</sup> A experiência da *História Nova* será apresentada no Capítulo 3.

## 2.4 - O Plano Trienal de Celso Furtado

Para conseguirmos compreender toda a conjuntura política e econômica que atuava João Goulart, é imprescindível inserir nesta pesquisa o Plano Trienal (1963-1965), um novo plano para a economia brasileira desenvolvido pelo economista Celso Furtado para o governo, porém, que rivalizava diretamente com as propostas mais radicais das Reformas de Base.

### 2.4.1 - A Cepal

Não se pode fazer um estudo, mesmo que breve, da economia dos anos 60, e principalmente, sobre o Plano Trienal, sem apresentar em primeira instância a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL, e seus pensamentos.

A Cepal foi criada aos moldes da Comissão Econômica para a Europa (1947) pelo Conselho Econômico e Social da ONU em 1948 a pedido do Chile. Ao longo dos anos 50, a Comissão vai assumindo um papel central na discussão sobre o desenvolvimento econômico latino-americano, pois criava uma teoria própria, já que entendia que a teoria econômica gestada na Europa não poderia explicar problemas latino-americanos. A Cepal vai criar o que se chama de *estruturalismo histórico latino-americano*<sup>51</sup>, que buscava entender o porquê a América Latina é subdesenvolvida e o que podemos fazer para superar essa condição<sup>52</sup>.

O economista Celso Furtado foi um dos principais expoentes do pensamento cepalino, como expõe em sua obra *A fantasia desfeita* (1989):

Como explicar que países surgidos da expansão econômica da Europa, cujas estruturas foram criadas para facilitar essa expansão, hajam acumulado tanto atraso? (...). A teoria do crescimento, que vinha sendo elaborada no imediato pós-guerra, consistia num esforço de dinamização a-histórica de modelo macroeconômico, na linha keynesiana ou na neoclássica, conforme a natureza da função de produção implícita. Ora, a indagação sobre as causas do atraso somente adquiria sentido se colocada no plano da História, o que exigia uma outra abordagem teórica. Que caminhos nos trouxeram ao subdesenvolvimento? É este um estágio evolutivo ou uma conformação estrutural que tende a reproduzir-se? (FURTADO, 1989, p.6, *apud* MOTA FILHO, 2012, p.32)

---

<sup>51</sup> Para compreender melhor sobre o estruturalismo cepalino ler BASTOS; PEREIRA, 2024 e MEIRELES; BADILLO-REGUERA, 2022.

<sup>52</sup> Esse pensamento de Furtado demonstra claramente como essa questão de entender a formação social brasileira para explicar o subdesenvolvimento do país e a dependência estavam em voga no período. Era um assunto latente em todas as áreas das Ciências Sociais.

Isso explica que o estruturalismo se dedicara à constituição de um conjunto de reformas que caracterizasse um novo tipo de progresso material das sociedades latino-americanas (MOTA FILHO, 2012). Desse modo, o bloqueio do desenvolvimento se dá pois parte do excedente produzido internamente é apropriado pelos países centrais.

De acordo com o diagnóstico do próprio Furtado, a industrialização no Brasil se inicia a partir de um processo de forte exportação de matérias-primas, sendo sustentado sempre pela agricultura. Isso impacta grandemente a indústria, concedendo-a um caráter muito instável.

Assim, para Celso Furtado os países subdesenvolvidos possuem uma estrutura dual, uma que caracteriza o setor moderno e capitalista, e outra atrasada e de baixa produtividade, e entende então que o setor moderno está cercado por um setor atrasado que concentra grande parte da população, bloqueando o desenvolvimento. Para Furtado (1983), o conceito de dualidade não significa que os dois sistemas produtivos são independentes um do outro. Na verdade, a estrutura dualista se caracteriza pela interdependência entre os dois modos de produção, a qual é responsável pela permanência de elementos pré-capitalistas. O economista também demonstra que, em uma estrutura dualista, o setor capitalista possui certas particularidades explicadas pelas relações mantidas com o setor não capitalista, conforme explica:

Assim, o excedente criado no setor capitalista depende fundamentalmente das condições de vida no setor não capitalista. Da mesma forma, essas condições de vida refletem o grau de acessibilidade à terra e ao crédito, que dependem em boa medida do setor capitalista. O estudo do dualismo consiste exatamente em descobrir essas interdependências (FURTADO, 1983, p.156, *apud* BLACK, 2023, p.348).

Desse modo, a saída dessa dualidade, para Furtado, seria a industrialização, pois, romperia com essa cisão entre setor moderno e atrasado alterando a inserção dos países latino-americanos no comércio. Para avançar na industrialização, esses países não poderiam deixar tudo nas mãos do mercado e sim precisariam da intervenção estatal. Afinal, de acordo com o autor, as economias latino-americanas não têm condição de fazer isso autonomamente.

Uma das autoras que aprofunda essa cisão é Maria da Conceição Tavares, no período, discípula de Celso Furtado<sup>53</sup>. Em 1961 Tavares escreve *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil* dizendo que a industrialização da América Latina se divide em duas fases, a industrialização extensiva (de 1930 até 1950), que ocorre sobretudo no setor da indústria leve, - bens de consumo não duráveis - e a partir dos anos 1950 é a industrialização intensiva, com os bens de produção de capital - bens de consumo duráveis - ocorrendo uma diminuição dos empregos e dos salários.

A partir dos anos 1950 o mercado consumidor vai crescer menos que a produção, e isso gera um problema de sustentabilidade do desenvolvimento e o problema da industrialização vai ser estancado por carências de mercado, fazendo-se ainda mais substancial as Reformas de Base.

Em contra-argumento ao estruturalismo cepalino e ao dualismo de Celso Furtado, Francisco de Oliveira elabora uma importante crítica no livro intitulado *Crítica à Razão Dualista* (2011). Inicialmente, Chico de Oliveira trabalhou com Furtado no início dos anos 1960, mas logo, se afasta de suas ideias para se aproximar ainda mais do marxismo. Assim, acerca da estrutura dual diz que essa ideia de dividir a economia entre setor moderno e atrasado não pode caracterizar o subdesenvolvimento, pois ao olharmos os setores econômicos, não há uma homogeneidade, tem sempre setores mais avançados e outros mais atrasados. A dualidade pode ser encontrada em vários sistemas sociais e em várias épocas, então não é uma singularidade do subdesenvolvimento. O atrasado e o moderno são articulados, assim, expressa:

A especificidade do subdesenvolvimento não pode ser buscada na dualidade, porque esta é uma característica geral do desenvolvimento capitalista em qualquer parte do mundo. O subdesenvolvimento se caracteriza, antes, pela forma como se articulam os setores atrasados e modernos da economia, formando uma unidade de contrários.” (OLIVEIRA, 2011, p. 33)

Há um outro importante ponto de crítica na análise de Oliveira, o subdesenvolvimento segundo os cepalinos está intimamente relacionado na divisão do mundo entre centro e periferia, e como essa periferia se insere no mercado mundial. Ao se basearem nessa relação, de acordo com o autor, eles deixariam de lado as representações internas. Francisco de Oliveira se pergunta, afinal, o que é mais importante, as relações externas ou internas? E conclui que são as internas.

---

<sup>53</sup> Futuramente Tavares rompe também com Celso Furtado. Ler *Além da Estagnação* (2000), em que elabora uma crítica à Furtado.

Isso porque explica que o subdesenvolvimento é uma forma do capitalismo, ou seja, ele é produzido pelas próprias contradições internas do capitalismo brasileiro, e não apenas pela inserção desigual no mercado mundial, assim, a forma como o Estado regula salários, cria mercado interno, subsidia a indústria e como as classes dominantes organizam a exploração da força de trabalho são fatores decisivos, pois são eles que organizam a acumulação interna. Sem entender essa dinâmica, não dá para compreender por que a industrialização no Brasil ocorreu do jeito que ocorreu.

Além disso, as pressões do capitalismo mundial (centro–periferia) só se concretizam porque encontram classes e instituições internas que as absorvem, articulam e sustentam.

Em resumo, para Oliveira, se ficamos apenas com a ênfase da CEPAL nas relações internacionais, não conseguimos explicar a dinâmica da acumulação no Brasil, nem como o Estado e as classes dominantes se beneficiam e sustentam esse processo. Isso leva os cepalinos a desconsiderarem a estrutura de classes, o papel do Estado e das forças que sustentam a industrialização. Como explica:

Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro–periferia –, os teóricos do ‘modo de produção subdesenvolvido’ quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas. (*ibid*, p. 31)

Explicar como esses autores pensavam o processo de acumulação brasileira se faz necessário para compreendermos o que se desenvolve no período tratado a partir de suas teorias de resolução de problemas.

#### **2.4.2 - Contextualização da Economia**

Para entender como chegamos ao Plano Trienal de Celso Furtado, precisamos de duas contextualizações. Uma do pensamento cepalino, aqui já feito, e a outra do que estava acontecendo na economia brasileira no período ao qual interveio e seus motivos e crises, que será apresentado neste momento.

Apesar de todo o avanço, resulta do plano de metas uma estrutura econômica muito atrofiada, junto a um forte crescimento industrial<sup>54</sup>. Crescimentos díspares geraram vários focos de inflação. Em 1960 o salário-mínimo chegou a valer apenas 34% a mais do que em 1940. No início dos anos 1960 o Brasil tem uma das piores distribuições de renda do mundo. O governo Jânio Quadros gera então vários desequilíbrios, em especial, os problemas nas contas externas. Na busca de melhorar essas contas externas, Quadros tenta ampliar os mercados adotando uma política externa independente que aproximou o Brasil de países socialistas. Tentou um acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI, e conseguiu recursos para equilibrar as contas externas, adotando uma política econômica ortodoxa muito dura, ou seja, corte do crédito, corte na emissão de moeda, juros altos, arrocho salarial, entre outros, mas isso rapidamente gerou forte oposição, os trabalhadores não aceitam essa política de arrocho, e o empresariado se opôs a política de corte de créditos.

As pressões foram fortes, e por volta de junho, Quadros recua e começa a aumentar o gasto público, relaxando a política ortodoxa adotada anteriormente. Por consequência, o FMI imediatamente suspende os empréstimos, e esse é o contexto da renúncia de Jânio Quadros.

Goulart, economicamente enfrenta a mesma situação de Quadros, inflação, desequilíbrio fiscal e nas contas externas, e a economia que vinha crescendo, desacelera em 1961, o que gera um contexto de acirramento da luta de classes, e crescente pressão dos Estados Unidos.

Dessa maneira, Jango tenta retomar a política varguista e aprofundar a industrialização, com o objetivo de ampliar a distribuição dos frutos dos projetos. Mas a principal dificuldade que encontra é a instabilidade dessa política pela falta de base de sustentação no Congresso, e além disso, o problema do Goulart não era só recompor essa base, pois tentou recompor a aliança PTB – PSD, que não deu certo, pois o PTB, em sua maioria já havia declarado estar em apoio das Reformas, já o PSD era composto por boa parte da burguesia interna, ao qual não tinha o menor

---

<sup>54</sup> “Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social.” (MARX, 2008, pág. 5)

interesse nas Reformas, para além, eram contra. Esses setores tinham apoiado firmemente JK com a maior aproximação do capital estrangeiro, e esses setores estavam muito mais fortes, então era uma situação complexa, pois não bastava só recompor essa aliança, era necessários recompor a coligação desenvolvimentista.

Acerca da crise inflacionária, Mota Filho explica:

Outro agravante foi a falta de perspectiva global da economia. O Estado investiu fortemente em setores pontuais como metalúrgico, algumas indústrias de base e pontos de infraestrutura que, sem dúvida, foram fundamentais para o crescimento experimentado, mas não atentou para os efeitos-renda que seus investimentos teriam sobre outros setores da economia. Criou-se assim, um desequilíbrio intersetorial, o que novamente se fez sentir na inflação. (MOTA FILHO, 2012, p.49)

Essa preocupação com o setor público na composição do consumo nacional está no centro das atenções do Plano Trienal, já que analisa o aumento do déficit público com os desequilíbrios das contas externas, causadores da crise inflacionária no início da década de 1960.

Durante o período parlamentarista, o quadro de políticas econômicas era bastante complexo. Predominantemente os primeiros-ministros do governo adotavam a política ortodoxa de corte de gastos com o objetivo de conter a crise inflacionária, porém, durante os 2 anos dessa política aplicada, a inflação não só não caiu como subiu, se mostrando uma política econômica muito instável e ambígua, e o resultado foi um agravamento da situação.

Ao mesmo tempo que ocorriam essas instabilidades, o governo parlamentarista tentou créditos do FMI, do banco mundial e dos EUA, que a priori colaboram, mas com algumas condições: o repúdio ao regime cubano; compromisso com a democracia; e uma rígida política econômica ortodoxa; além, exigem a não efetivação das reformas. Diante dessa situação bastante complexa, o governo Goulart oscilou, ora apontava para a ortodoxia, ora para as reformas, demonstrando que a experiência parlamentarista mostrou não ser sustentável, aprofundando a crise política, e após longas lutas políticas, a saída foi haver um plebiscito, no qual foi aceito o presidencialismo.

### 2.4.3 - O Plano Trienal

Goulart assume os plenos poderes em janeiro de 1963, e comandado por Celso Furtado – ministro do planejamento - lança o Plano Trienal. Esperava-se que o plano tivesse um diagnóstico diferente dos ortodoxos, mas quando Furtado o anuncia, coloca como prioridade o combate à inflação, cortando tudo, como os ortodoxos, com o objetivo de estabilizar a economia, colocando em segundo plano as Reformas de Base.

Os objetivos gerais do plano se baseavam em uma política de desenvolvimento para o próximo triênio que, de acordo com Celso Furtado, 1- buscava assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional compatível com as expectativas de melhoria de condições de vida; 2- reduziria progressivamente a pressão inflacionária; 3- criaria condições para que os frutos desse desenvolvimento se distribuam para a população; 4- aprofundaria a ação governamental no campo educacional, científico, tecnológico e da saúde pública; 5- reduziria as disparidades regionais de níveis de vida; 6- eliminaria progressivamente os entraves de ordem institucional (principalmente com a realização da reforma agrária); 7- refinanciamento adequado da dívida externa; e por fim, 8- “Assegurar ao Governo uma crescente unidade de comando dentro de sua própria esfera de ação, submetendo as distintas agências que o compõem às diretrizes de um plano que vise à consecução simultânea dos objetivos anteriormente indicados” (FURTADO, 2006, p.52).

Essas medidas seriam mutuamente orientadas a partir de dois objetivos principais, o primeiro seria alcançar a taxa de crescimento prevista a partir da realização dos investimentos requeridos, e o segundo seria orientar esses investimentos para que a estrutura produtiva se ajuste adequadamente com o mínimo de desperdício de recursos possíveis, ou seja, o ajuste das substituições de importações devido às limitações da capacidade de importar.

Dessa maneira, em termos quantitativos, o investimento para os 3 próximos anos, deveria ter sido de 3,5 trilhões de cruzeiros, permitindo que o Produto crescesse 7% ao ano. Para isso, a produção agrícola deveria aumentar em mais de 18%, pois assim, a oferta de alimentos aumentaria em 2,6%. Já na produção industrial, previa-se um crescimento de 11% ao ano, além do aumento da

participação de bens intermediários e, principalmente, de equipamentos. Tudo isso, por fim, previa que ao término do triênio, a indústria brasileira estaria contribuindo com mais de 70% dos bens de capital de que necessitava a economia nacional para que se mantivesse elevada sua taxa de crescimento.

Acerca da política fiscal, monetária e cambial, Furtado buscava assegurar o financiamento para os investimentos planejados, para que se alcançasse a estabilidade econômica. Dessa maneira, explica:

Como o principal fator de desequilíbrio, gerador de pressão inflacionária, se tem localizado no setor público, no presente Plano, dá-se particular atenção ao financiamento dos dispêndios do Governo Federal. O dispêndio potencial do Tesouro Nacional, decorrente de autorizações de gastos existentes e de compromissos previsíveis, foi estimado em 1,5 trilhão de cruzeiros para 1963. Pretende-se o Governo Federal realizar efetivamente esse nível de gastos e a pressão inflacionária aumentaria em cerca de 100% com respeito à observada no ano corrente, levando o país inexoravelmente, à hiperinflação, com risco de paralisação de toda a atividade econômica. (*ibid*, p.53)

No entanto, como já explicado, o plano também se baseava na restrição salarial, limites de crédito e preços, assim como cortes nas despesas governamentais. Questões essas que, de uma forma ou de outra, afetavam os grupos sociais. Essa era a estrutura do Plano Trienal, mas, além dos cortes, o plano previa o fim dos subsídios, para equilibrar as contas públicas, mas por outro lado implicaria um aumento muito grande no preço do petróleo, gerando um impacto direto na inflação, novamente. As políticas executadas no Plano Trienal, portanto, eram políticas extremamente contraditórias, que levaram a uma forte oposição à ele, tanto dos trabalhadores quanto dos empresários. Afinal, havia uma relação simbiótica entre o Governo e o movimento sindical, já que João Goulart contribuía grandemente via imposto sindical para manter o apoio da classe trabalhadora.

Logo em janeiro de 1963, Prestes ataca o Plano Trienal, tal qual Brizola, tal qual o Comando Geral dos Trabalhadores, que entendiam que o presidente deveria abandonar o plano, o compreendendo como uma medida conciliadora. O CGT fez inclusive um manifesto contra o plano econômico, no qual o *Jornal Novos Rumos* enumerou: “1- Governo responsável pela carestia; 2- Ministério não inspira confiança; 3- Plano Trienal é contra o povo”<sup>55</sup>. e ainda destacou:

---

<sup>55</sup> *Jornal Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 8 a 14 de fevereiro de 1963, p.1

Os dirigentes dos trabalhadores brasileiros conclamam a luta pelas Reformas de Base - É hora de fazer uma reforma agrária profunda - Aplicar rigorosamente a lei de remessa de lucros - Reduzir as subvenções para os latifundiários do café - Impostos diretos contra os grupos privilegiados - Política externa independente Respeito ao mandato popular com posse dos eleitos - Trabalhadores não admitirão qualquer retrocesso e se preparam para a greve geral. (*ibid*)

O CGT fortaleceu alianças com outras frentes, como é o exemplo da Frente de Mobilização Popular - FMP, para que juntos pressionassem o governo para a execução das reformas.

Unidos organizados nas lutas diárias por nossas reivindicações imediatas - reajustamentos salariais e outras devemos intensificar os preparativos para permitir a deflagração da greve geral, quando for necessário, sob a orientação e direção do Comando Geral dos Trabalhadores, reclamando e exigindo a execução dessas aspirações de toda a Nação Brasileira. Unamo-nos a todas as demais forças patrióticas na luta pelas reformas de estrutura e por um Govêrno Nacionalista e Democrático. (*ibid*, p.7)

Dado isso, o plano durou 6 meses, e os EUA pressionavam cada vez mais o governo.

Desse modo, Santiago Dantas, Ministro da Fazenda, tinha acordado com o FMI que o aumento dos salários dos servidores públicos não seria maior que 40%, ao mesmo tempo que a classe trabalhadora não aceita o arrocho e os empresários não querem o corte dos créditos. Após a pressão, o governo dá um aumento de 70% aos servidores, e por consequência, o FMI quebra o acordo, aumentando por outro lado a pressão sob o governo, nessa altura os EUA já haviam decidido pelo golpe, o governo afrouxa o crédito, a emissão de moeda, e Celso Furtado pede demissão.

No lugar de Santiago Dantas, foi indicado Carvalho Pinto - membro do PSD-, mais uma vez indicando que Goulart tenta a aliança PTB-PSD, que adota novamente uma política ortodoxa, porém, mais moderada.

A lei de remessa de lucros - que restringia as remessas de lucro a 30% do lucro obtido -, aprovada em fins de 1961, foi oficialmente regulamentada em dezembro de 1963, que rompe completamente com os EUA. A reação das empresas americanas foi de firme oposição. Isso pode demonstrar como a implementação do Plano Trienal foi um ponto decisivo para o alinhamento imperialista norte-americano com as burguesias internas na sentença pelo golpe militar. Ele evidenciava diversas contradições que abriam caminhos para a preocupação da classe dominante referente a confiança que podiam depositar ou não no Governo brasileiro.

### 3 - AS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS E A ARTICULAÇÃO PARA O GOLPE

Teorias como a de Álvaro Vieira Pinto, que possui uma vasta e robusta obra sobre o debate educacional, demonstram que o desenvolvimento no Brasil só seria alcançado se o povo passasse pelo processo de “desalienação”<sup>56</sup> de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, como explica em sua obra *Consciência e Realidade Nacional*: “A consciência ingênua, acrítica, é aquela que aceita os fatos como dados naturais, imutáveis. A consciência crítica é a que os apreende em sua historicidade, em suas contradições, reconhecendo a possibilidade de transformá-los.” (VIEIRA PINTO, 2005, v. 2, p. 239). Era nisso que baseava sua filosofia, seria uma busca da verdade “para si” na nação<sup>57</sup>, e isso levaria a propostas pedagógicas para os programas de educação que conduziriam ao desenvolvimento, e os elementos essenciais para essa execução seriam a democracia e o direcionamento das consciências. Desse modo, abrindo precedente para uma discussão densa sobre o papel do Estado no plano institucional, no que diz respeito à emancipação nacional.

Anos mais tarde, em *A Questão da Universidade* (1986), Álvaro Vieira Pinto dirá que a escola não conseguiria fazer revolução, pois cabe a revolução fazer a escola, frase essa que leva ao encontro das suas formulações acerca da conscientização. No tecimento dessas formulações, o autor nos mostra o papel do intelectual como veículo que levaria as massas à descoberta de seu próprio tempo histórico, cabendo a este intelectual, em diálogo com as massas, fomentar essa consciência histórica, não meramente ensinar segundo normas pré-estabelecidas<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> VIEIRA PINTO, Álvaro. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v.

<sup>57</sup> “A verdade de uma nação não está apenas no ser em si, dado objetivamente, mas em sua tomada de consciência de si mesma, isto é, em converter-se em verdade para si.” (VIEIRA PINTO, 2005, v. 1, p. 112).

<sup>58</sup> VIEIRA PINTO, Álvaro. *A Questão da Universidade*. São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados, 1986 (2ª ed.)

### 3.1 - A Reforma Educacional em prática!

Foi em consonância com suas formulações que Álvaro Vieira Pinto, junto do diretor da editora *Civilização Brasileira*, Ênio Silveira, deram origem aos *Cadernos do povo brasileiro*. Escritos entre os anos de 1962 a 1964, com temas como: *Porque os ricos não fazem greve?*; *Quem pode fazer revolução no Brasil?*; *Como seria o Brasil socialista?*; *Como são feitas as greves no Brasil?*; *Porque existem analfabetos no Brasil?* e muitos outros. Foram 28 volumes escritos e publicados, que passaram por milhares de mãos com o objetivo de instigar ainda mais a classe trabalhadora naquele momento único de tomada de consciência de classe.

Antes de explicar qual foi a importância da experiência dos *Cadernos do povo brasileiro*, é preciso fazer uma breve menção à Ênio Silveira, importante editor, diretor da editora *Civilização Brasileira* e mais que tudo isso, grande propagador da cultura nacional pelo país, destaco aqui sua relevância no processo que revolucionou a divulgação de livros no Brasil, como por exemplo a introdução das orelhas dos livros, o sumário no início do livro e não na última página e a divulgação de livros em *out-doors*. Fato que influenciou quase que totalmente a difusão das experiências aqui mencionadas e, conseqüentemente, as Reformas de Base. Para Silveira<sup>59</sup> o livro não poderia ser apenas para a “elite brasileira”, e deveria ser amplamente divulgado em prol da cultura do país.

Os *Cadernos do Povo Brasileiro* traziam à luz todas as condições para a construção de um projeto para a revolução brasileira, e pode ser considerado o principal projeto político-pedagógico do período. Muito além disso, os cadernos cumpriram uma função social, visto todo o contexto histórico único de inflamação da classe trabalhadora, forneceram todo o alicerce para a luta política da nova formação social da periferia do sistema. A prova disso é o próprio golpe de 1964, o movimento operário estava alinhado e preparado, abalando as forças políticas hegemônicas junto às frações de classe burguesas ligadas ao imperialismo. Importante salientar que os cadernos não tinham um caráter acadêmico e sim um compromisso com as lutas concretas do período, em especial, o antiimperialismo. A expectativa de seus diretores, Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto era que os cadernos fossem “instrumentos para a elevação da consciência popular, fornecendo

---

<sup>59</sup> 2003, *apud* LOVATTO, 2010, p.65

subsídios para a intervenção prática e teórica no cenário político nacional” (LOVATTO, 2010, p.51).

Jalusa Barcellos, em 1994, organiza o livro *CPC da UNE: Uma história de paixão e consciência*, na qual contém depoimentos de ex-integrantes do CPC. Silveira, em prefácio, caracteriza a importância do ímpeto que atravessava o período pré-64 e situando o CPC: “É evidente que o fenômeno não surgiu por um passe de mágica, nem foi manifestação isolada de um projeto de renovação cultural” (SILVEIRA, 1994, p.10). A questão se dava em trazer à prática a nova educação clamada pela classe trabalhadora e posta formalmente pelo governo João Goulart em 1964.

O conteúdo fundamentado nos cadernos era o que dava o *tom* revolucionário, com estudos sobre a questão agrária, o latifúndio, o campesinato, o imperialismo, a fome, as greves, a classe trabalhadora, as lutas de classe e por fim as estratégias para a revolução brasileira<sup>60</sup>. A questão de serem escritos e lançados fora da academia também é no mínimo de caráter questionador, visto a dificuldade disso ocorrer perante a necessidade de impressão de exemplares e divulgação, que ocorreu por algumas facilidades como o formato de bolso e a linguagem acessível. Mas o que de fato fez a divulgação ser tão forte foi a união de 3 grandes forças, a UNE, o ISEB e a Editora *Civilização Brasileira*. Contudo, grande mérito deve ser dado ao CPC também, que teve participação importante nas vendas dos cadernos, sem contar a edição dos volumes *Violão de Rua* que era organizado pelo próprio CPC e divulgado por meio da *UNE Volante*, que levava os debates das Reformas de Base, em especial da Reforma Educacional, a todo o Brasil por meios de várias manifestações artísticas como o teatro e a música, assim, a *UNE Volante* foi um dos mais importantes meios de divulgação para a massa estudantil.

O caso dos *Cadernos do povo brasileiro* nos volumes de *Violão de Rua: poemas para a liberdade* possuíam uma característica diferente dos Cadernos: os poemas, e traziam um novo nome na organização desses volumes, o poeta Moacyr Félix, que se juntava à Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto.

---

<sup>60</sup> Ler LOVATTO, Angélica. *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. 2010.

O CPC teve origem no início dos anos 1960 a partir do Teatro de Arena, uma experiência realizada originalmente em São Paulo, como Ênio Silveira nos explica:

Lançando mão de temas e de linguagem que se afastavam centenas de léguas do chamado teatro de boulevard, tão a gosto de plateias burguesas, o Arena sacudira São Paulo e o Rio também, atraindo um público mais jovem, que preferia o debate de ideias às mise-em-scenes elegantes...e vazias" (SILVEIRA, 1994, p.10)

Ao fazer uma temporada no Rio de Janeiro, o Teatro teve tamanho sucesso, desencadeando a partir daí o CPC. Uma das peças levadas ao Rio se chamava "A mais-valia vai acabar, seu Edgar", apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e com o sucesso e necessidade de ampliação do local de apresentação, a UNE passou a agir, abrigando as peças em sua sede. Posteriormente se ligando ao ISEB a partir de conhecidos que também trabalhavam no Teatro de Arena. Esse é o contexto de surgimento do CPC da UNE (LOVATTO, 2010, p.340).

Os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes se tornavam naquele momento a grande impulsionadora deste projeto, e como o próprio Silveira explica, era convictamente uma ferramenta de *agit-prop* das coleções: "Não há como, nem por que esconder os fatos: o Centro Popular de Cultura (CPC), da União Nacional dos Estudantes (UNE), foi mesmo, de início, um departamento de 'agit-prop' - ou seja, agitação e propaganda". (SILVEIRA, 1994, p.7). Mas Silveira ainda tinha a necessidade de explicar que o *agit-prop* promovido pelo CPC era "não subalterno, não partidário", e tinha o objetivo de "despertar toda a população do marasmo cultural em que vivia". Um claro propósito de provocar a consciência de classe como modo de repensar o Brasil desejado por eles.

Aldo Arantes foi um nome essencial quando falamos do debate das Reformas levado pelo CPC à população. A criação e trabalho do CPC devia-se, principalmente, aos esforços de Oduvaldo Viana Filho, Leo Hirszman e Carlos Estevam Martins, mas Arantes foi quem levou a cabo a *UNE Volante*, quando eleito presidente da UNE em 1961<sup>61</sup>, e levou as ideias das Reformas, em especial a universitária, à todos os diretórios estaduais da UNE.

O planejamento de Aldo Arantes pautava no entendimento da complexidade de levar o debate da Reforma Universitária aos Estados brasileiros, e diante disso, deveria levar junto à *UNE Volante* o pessoal do CPC, com o que era chamado de

---

<sup>61</sup> LOVATTO, 2010, p.326

“arte engajada” com suas peças teatrais, músicas, poemas etc. Assim, a ideia era realizar as discussões acerca dos temas das Reformas, e ao final, ocorrer uma apresentação artística como forma de cativar o público estudantil e transformar a discussão pautada à algo mais didático, afinal, a arte proporcionava uma postura de maior sutileza e ainda assim conteudista sobre os assuntos que anteriormente teriam sido tratados. Dessa forma, esse momento ficou marcado pela eficácia em conscientizar a população estudantil pelos aspectos político e artístico, como explica Silveira: "mobilizando os estudantes, chegar-se-ia a plateias bem mais amplas"(ibid, p.9).

Os *Cadernos do povo brasileiro* na versão *Violão de Rua* tiveram, por fim, apenas três volumes, pois apesar de já estarem programados para pelo menos mais 15 edições, o golpe de 1964 interrompeu o que viria a ser suas publicações.

A dedicação de Álvaro Vieira Pinto e de Nelson Werneck Sodr e como diretores do ISEB não foi somente canalizada e posta em prática por Vieira Pinto e  nio Silveira na coordena o dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, como também por parte de Sodr e como coordenador da experiência chamada *História Nova*, que tinha o objetivo de produzir monografias sobre temas da história do Brasil que seriam (e foram) publicadas e distribuídas pelo MEC para os professores cadastrados.

Para compreender o que foi a *História Nova*, será usado como base o estudo, já mencionado no capítulo anterior, feito por Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, intitulado *A Experiência da História Nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de história no Brasil nos anos 60* (1990), no qual a autora apresenta entrevistas realizadas com Nelson Werneck Sodr e, coordenador do projeto, e outros autores, com o objetivo de explicar a g nese da experiência.

A ideia de realizar a *História Nova* surgiu a partir de algumas atividades do Departamento de História do ISEB, uma delas foi os cursos que Sodr e ministrava de Forma o Histórica do Brasil, que devido ao acúmulo de trabalho, ao fim do curso reuniu um grupo de auxiliares para compor o Departamento. Além dos cursos, conferências e cursos em sindicatos e entidades estudantis também foram realizados no período, e foi nesse contexto que se configura a *História Nova*. A partir de renova es realizadas por Roberto Pontual, estagiário do ISEB e diretor da Campanha de Assistência aos Estudantes (CASES) -  rg o do MEC - que a ideia

em si seria efetivada, o projeto da publicação das monografias surgia com o objetivo de auxiliar professores de história, devido a alta preocupação do órgão com a péssima qualidade dos compêndios didáticos de história<sup>62</sup>. Em entrevista Sodré explica:

"Pontual disse: eu queria que vocês fizessem textos alternativos para o ensino de história, para serem distribuídos aos professores do nível secundário de 1° a 2° graus. Textos alternativos para preencherem as lacunas dos compêndios adotados. Então, nós nos dedicamos a isso. Fizemos um contrato com o Ministério da Educação através do Roberto Pontual, que era diretor da CASES e começamos a elaborar HISTÓRIA NOVA. Fazia-se fascículos. Dividia-se a história em determinados períodos, fases ou episódios e preparava-se pequenos fascículos que o Ministério da Educação editava"(SODRÉ *apud* MENDONÇA, 1990, p.30)

O clima das Reformas de Base também propiciava um ambiente efervescente da participação popular, em especial, da juventude. A CASES tinha preocupações não só formais, como culturais e extra-curriculares, portanto, financiavam o ISEB, a UNE etc<sup>63</sup>. Até março de 1964, último mês do governo Goulart, 5 monografias já haviam sido publicadas pelo MEC e outras já estavam em preparo. De acordo com Joel Rufino dos Santos<sup>64</sup>, em entrevista concedida na mesma obra de Mendonça, diz que a *História Nova* incomodou os setores conservadores pois estava ligada ao Governo João Goulart e tinha acordo com todos os debates da esquerda que pairavam no período, como o fim do latifúndio e do imperialismo, e descreve que o governo atual "foi o único que propiciou um reescrever crítico da história do Brasil, de um ponto de vista da esquerda, socialista e democrática" (SANTOS *apud* MENDONÇA, 1990, p.33). E acerca da gênese do que esse projeto significava naquele momento, Mendonça explica:

Em outras palavras, o Ministério da Educação e Cultura viabilizou a concretização de uma reforma educacional na área de história. Esse fato tem um significado político muito importante, pois se o governo possui condições de realizar uma reforma - e o faz - na educação, o mesmo poderia ocorrer nas demais reformas de base (MENDONÇA, 1990, p.35)

Levantando a hipótese, a partir disso, de que talvez não fosse nem o conteúdo em si da *História Nova* que causasse tanta raiva nas frações de classe dominantes, mas "o exemplo de concretização de uma reforma de base".

A *História Nova* iniciou seus trabalhos (1963/1964) justamente no período em que a campanha anticomunista se intensificava no Brasil, durante os últimos meses

<sup>62</sup> MENDONÇA, 1990.

<sup>63</sup> *ibid*, p.32

<sup>64</sup> Historiador e um dos autores da *História Nova*.

do Governo João Goulart. Dessa maneira, a experiência, junto ao ISEB e os próprios *Cadernos do povo brasileiro*, foram identificados como o centro da atuação dos comunistas, acirrando-se ainda mais a luta política. No caso da *História Nova*, o convênio entre o MEC e o Departamento de História do ISEB “despertou ira dos grupos dominante-conservadores. Já estava em marcha a campanha ofensiva contra a ‘subversão’, que culminaria no golpe militar de 1º de abril de 1964” (MENDONÇA, 1990, p.26-27). A fúria era tanta que como forma de simbolizar o fim de tamanha “subversão”, os materiais da *História Nova* foram apreendidos e proibidos pelo governo militar para serem queimados em praça pública<sup>65</sup>.

Outra experiência educacional muito importante de ser destacada aqui, foi o curso de alfabetização realizado na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. No capítulo anterior foi apresentado o plano nacional de erradicação do analfabetismo como um dos pilares das Reformas de Base, e tudo o que seria proposto nacionalmente com a aplicação da reforma educacional foi experienciado neste curso que comento agora.

A partir do método de alfabetização de adultos de Paulo Freire, essa foi uma experiência de fato extraordinária, na qual em 40 horas, mais de 400 pessoas de faixa etária que iam dos 20 aos 70 anos, passaram a escrever, ler e compreender os problemas do período, a partir de aulas de politização conjuntamente com as de alfabetização. O método Paulo Freire de alfabetização de adultos, *grosso modo*, consiste em alfabetizar um grande grupo de pessoas em 45 dias, utilizando elementos como a linguagem e visão de mundo próprio dessas pessoas, aliado a uma perspectiva política de ensino.

A execução da experiência ocorreu por intermédio da Secretaria de Educação do Estado, e contou com a participação de estudantes universitários e secundaristas de Natal, que foram durante as suas férias para Angicos contribuir durante alguns dias para as aulas. No dia 2 de abril de 1963 foi realizada a sessão de encerramento deste curso, no qual o governador Aluísio Alves, o presidente João Goulart e um aluno alfabetizado no curso, Antônio Ferreira, discursaram. O documento que analisei foram as transcrições dos discursos originais datilografados. Durante seu discurso, o governador dá um panorama à Goulart do resultado e do impacto que o

---

<sup>65</sup> MENDONÇA, 1990, p.33

curso causou, como forma de demonstrar a eficiência, e que se aplicado em âmbito nacional teria grande êxito:

Todos os que se matricularam, e que tiveram menos de 40 horas de aula, aprenderam a ler e a escrever. Leem jornais, leem revistas, leem alguns livros, escrevem suas cartas. O método será exposto a V. Excelência pelo professor Paulo Freire que é o seu autor, o seu inspirador e o responsável pela sua execução técnica.[...] quero dar o testemunho do nosso agradecimento pela colaboração e pelo apoio dados a esta experiência e a alegria de dizer que ela está vitoriosa e, por isto mesmo, a partir do mês de maio, nós vamos estendê-la a mais dez cidades do Estado e à capital do Rio Grande do Norte, com a esperança de que se ela continuar dando pleno êxito, em vez de cem mil adultos, possamos, no espaço de três anos, dado o êxito desta experiência, possamos alfabetizar cerca de 200 mil adultos. (ALVES, 2013, p.2)

Durante o discurso de João Goulart, o presidente parabenizou os esforços e contribuiu a respeito de tudo o que pregava acerca da necessidade de se realizar a formação em massa dos cursos de alfabetização:

Hoje são as primeiras letras do ABC; mas, amanhã, serão as leis que serão lidas pelas mulheres e pelos homens jovens e adultos que terminaram este curso e aprendendo a ler, aprenderam acima de tudo a defendê-las. Hoje talvez não tenham ideia – os que aqui estão cursando esta aula de emergência, este curso rápido – do extraordinário papel que desempenham na formação futura do nosso país. Amanhã, estarão os senhores defendendo as nossas leis e a nossa Pátria, estarão reivindicando os seus direitos escritos nas leis, escritos na Constituição e estarão ao lado do Governo, cobrando dos poderes públicos, para que estas leis sejam praticadas especialmente em benefício dos mais pobres, dos mais humildes, daqueles que constituem também, força viva da Nação, da nossa Pátria. (GOULART, 2013, p.3-4)

Em sequência, descreveu sobre a aplicação nacional do curso:

Espero que esses cursos se estendam por todo o território, não somente do Rio Grande do Norte, mas de outros Estados da Federação, onde entristecidos assistimos este mesmo espetáculo de milhões de brasileiros que ainda não conhecem as primeiras letras do nosso alfabeto. Congratulo-me com a Sudene, com o Senhor Ministro de Educação, que se encontra conosco nesta hora e que tenho certeza, com o apoio integral do Presidente da República, há de proporcionar a este e a outros estados, através do Plano de Educação, os meios necessários, os recursos e os elementos indispensáveis para que cursos como esse se multipliquem na vastidão do nosso território.[...] Tenho certeza que estes cursos, se espalhando pelo território hão de proporcionar, através dos ensinamentos, melhores condições de vida para o povo que necessita, que pede e que clama por educação; e este povo, quando tomar conhecimento das letras e depois delas, das leis da nossa Pátria, há de se integrar ao país, na luta extraordinária que todos juntos devemos realizar pela emancipação econômica da nossa Pátria, para que não se assistam espetáculos de tanto contraste social e de tanta miséria em tantas regiões da nossa Pátria e para que o povo, enfim, possa sentir que ele também é dono do seu país, mas que é dono não apenas porque lê nas leis, ou porque lê nas cartilhas, mas porque se sinta dono, sentindo-se integrado na vida da nação e especialmente participando das riquezas nacionais; estas riquezas que não podem ser

privilégios de poucos, contra o interesse de milhões de patrícios nossos e das riquezas que devem pertencer a todos para somente assim termos para todos nós, um país rico, um país livre e um país respeitado. (*ibid*, p.4)

Essa fala de João Goulart transmite claramente sua posição e por onde gostaria que caminhasse o Brasil que construía, de participação popular ativa. Assim, o projeto divulgado pelo governo como altamente inovador e com forte base social foi altamente combatido pela oposição, sendo caracterizado, assim como as experiências citadas anteriormente, como forma de subverter a ordem, tendo em vista que seu mentor, Paulo Freire, nunca escondeu que um dos pilares de seu método eram as questões políticas, já que o aprender a ler e escrever deveria vir com o desenvolvimento de uma maior consciência social, e conseqüentemente a construção de um forte senso crítico (FREIRE, 1967, p.103-107).

Um exemplo das ações da oposição foi a do governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda, da União Democrática Nacional - UDN, que proibia a implementação do Plano em seu Estado, condenando-o abertamente e batendo de frente com o Executivo Federal, alegando subversão da ordem e preparo para uma revolução socialista no país. A posição da direita era unânime, acreditavam que o plano era para incluir essa parte da classe trabalhadora no processo eleitoral, uma vez que a população que seria alfabetizada estaria, majoritariamente, ao lado de políticos de esquerda.

### **3.2 - A articulação burguesa**

O amplo debate ideológico que pairava no período, diante do cenário da intensa mobilização das esquerdas e ampliação da tentativa de tomada da consciência de classe do proletariado brasileiro, por meio dos projetos que de fato se realizavam e demonstraram resultado, estava à mostra e escancarado. Tratava-se de um cenário político inédito na história do Brasil. E a classe dominante viu exatamente isso também. Nesse sentido, o Golpe de Estado de 1964 se deu nas circunstâncias de estancar a democracia que se expressava na irreverente mobilização da classe trabalhadora. Como Santos (2017) explica:

O Golpe de 1964 foi um movimento reativo e insuflado pelo medo, principalmente das camadas médias e altas da sociedade: insegurança em relação à economia, apreensão ocasionada pelas ondas grevistas que

paralisavam os serviços públicos e o temor de que a organização das classes baixas e dos movimentos sociais pudesse significar a proximidade de uma revolução social.(SANTOS, 2017, p.149)

A política externa independente e o “populismo” dos trabalhistas poderia ser uma antessala à influência dos comunistas e de forças estrangeiras dentro dos rumos políticos brasileiros, de acordo com ESG. Por isso, para seus mentores, seria necessário nacionalizar as instituições, neutralizando agentes considerados nocivos à manutenção da ordem e da autoridade. Estamos falando de intelectuais, militares e políticos vinculados a tendências de esquerda, que necessitava, então, estar sobre o crivo da constante vigilância das instituições de informação e de segurança. Isso não ocorreu à toa, não era uma especulação da ESG sobre a possível entrada de forças revolucionárias, o contexto político, econômico e social de fato demonstrou isso, não só demonstraram como estavam agindo. As experiências recentes de Cuba e da Nicarágua explicitavam esse caráter no Brasil.

Com a ameaça real coloca a mostra, essas frações de classe burguesa buscavam desestabilizar o governo Jango, assim, com a fundação do IPES- Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, apesar de ser ligado à ordem estatal, ele tinha uma autonomia enquanto uma associação civil, porque quem o organizava, além dos funcionários do serviço nacional de informações eram empresários, políticos e personalidades públicas, O IPES pode ser entendido como aquilo que Gramsci chamava de “aparelho privado de hegemonia”:

Entre a estrutura econômica e o Estado com função de coerção, encontra-se a sociedade civil, e precisamente nesta se desenvolve o jogo dos aparelhos privados de hegemonia. Estes correspondem à função de direção cultural e moral exercida pelo grupo social dominante, que se manifesta através da Igreja, dos partidos, dos sindicatos, das escolas, da imprensa, das associações e, em geral, de todos os organismos que contribuem para a formação da opinião pública. (GRAMSCI, 2000, p. 244-245)

O IPES então possuía esta finalidade, produzir durante vários anos, um extenso material radiofônico e cinematográfico, criando instrumentos psicossociais de controle como, por exemplo, medos subversivos, a ideia de que uma revolução socialista levaria a uma crise no Brasil, e as propriedades individuais das casas, as famílias, os filhos estavam sob a ameaça de um perigo iminente que deveria então ser combatido.

Os recursos vinham dos Estados Unidos, que fomentaram os opositoristas de João Goulart, tinham uma base não só de propaganda, mas também de

organização do empresariado brasileiro, e essa rede de empresários que financiou e contribuiu para as campanhas de repressão e de propaganda da ditadura militar, são endossadas e potencializadas pelo IPES, apesar de ser uma associação civil, atuava conjuntamente com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD. Esses dois aparelhos privados de hegemonia, desenvolveram então um papel fundamental no golpe.

O IBAD era uma rede de empresários pró ditadura que financiavam materialmente, fisicamente e estruturalmente, a partir do fornecimento de carros, equipamentos, recursos materiais de todo o tipo para as campanhas de monitoramento e repressão aos inimigos do governo, sendo todos aqueles que, dentro das políticas de segurança, se colocaram contra a ordem governamental.

Desse modo, esse discurso classista que possuía o ISEB ameaçava diretamente as forças conservadoras golpistas, afinal, já haviam planejado algumas tentativas de golpe que foram fracassadas durante os últimos anos, como antes do suicídio de Getúlio Vargas (1954) ou na tentativa de impedir a posse de JK (1955). As forças de direita articulavam o golpe, mas precisavam lidar com o fato da inflamação popular estar mais forte do que nunca. A solução encontrada foi justamente se unir com o discurso anti-comunista presente principalmente nas propagandas norte-americanas, e articular forças como o IPES e o IBAD contra João Goulart o chamando de comunista, não só ele como ISEB e outras forças de esquerda da época.

Em um estudo feito por René Dreifuss (1981) acerca das forças que agiam politicamente organizadas que articularam o golpe brasileiro, documentou o papel decisivo do grande capital nessa articulação, e esclarecendo o caráter de classe do golpe:

[...]essa verdadeira elite das classes dominantes preservou a natureza capitalista do Estado, uma tarefa que envolvia sérias restrições à organização autônoma das classes trabalhadoras e a consolidação de um tipo de capitalismo tardio, dependente, desigual, mas também extensamente industrializado, com uma economia principalmente dirigida para um alto grau de concentração de propriedade na indústria e integração com o sistema bancário. (DREIFUSS, 1981, p.485)

Agora, voltando ao objeto desta pesquisa, algo que seria importante destacar quando se pensa na ruptura que o golpe causou do Brasil vigente, foi a própria

violação da mentalidade revolucionária que pairava na época. Diante as perseguições dos agentes e dos movimentos que atuavam no pré-1964 “os atores do pré-64 passaram a perder, literalmente, espaço nas manifestações contra a ditadura” (LOVATTO, 2010, p.348), espaços esses que foram ocupados por alguns setores das classes médias mais intelectualizados, no qual a retórica passa a ser a democracia. Essa questão pode explicar um pouco o motivo dos estudos do pré-golpe demorarem a acontecer, ou quando ocorriam, tinham a problemática de reproduzirem uma historiografia da desqualificação ou um certo reducionismo do período. Afinal, o assunto que estava em pauta na época era a revolução brasileira, junto da grande radicalização do movimento operário e tentativa da tomada de consciência de classe. E com o foco da esquerda parecendo ter se alterado, mesmo por consequência das circunstâncias e pela retirada de cena dos protagonistas dessa luta, não se fazia sentido tais estudos.

Mas o que pode se deixar claro aqui, e para isso utilizo um grifo meu do estudo feito por Angélica Lovatto, que desejo deixar claro que foi muito utilizado para o enriquecimento desta pesquisa, porém com o adendo de que essa também era a tática defendida pelos apoiadores das Reformas tratados no presente trabalho:

A visão etapista democrático-burguesa da revolução brasileira defendida nos Cadernos com a predominância do caminho pacífico, perdia espaço diante da efetiva solução bonapartista que as frações de classe burguesa haviam implementado com eficácia. (*ibid*, p.349).

## CONCLUSÃO

Essa pesquisa tentou contribuir e se somar ao esforço de resgate dos pensamentos e tempos históricos que não se deram por superados, ou pelo menos, não se deram por superados no meu entendimento. Assim, esse trabalho buscou compreender, a partir do método dialético, como que as Reformas, em particular, na educação, proposta naquele período do Governo João Goulart, em específico, seria essencial para a construção de um ensino que contemplasse a totalidade da classe trabalhadora, aí sim, podendo alterar as condições materiais de vida da população. À luz de Marx e Engels em *A ideologia alemã*:

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência (Bewusstsein) não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente (bewusste Sein), e o ser dos homens é o seu processo de vida real.[...] Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX; ENGELS, 2007, p.94)

A conscientização da classe trabalhadora é a essência da mudança, justamente pois ao longo da história, é ela a portadora desse interesse, assim, cabe às ciências humanas formularem a ideologia que direcionaria a cultura em favor da otimização da educação e da atividade intelectual em função da própria conscientização dessas massas, sendo a concepção de mundo e o pensamento crítico formuladores da autoconsciência. A consciência, desse modo, seria a aceleração do desenvolvimento nacional.

Retomando dois importantes intelectuais para essa pesquisa, o ponto de contato entre Álvaro Vieira Pinto e Anísio Teixeira é o conceito de tempo histórico<sup>66</sup>, acerca de suas ideias sobre a aceleração e desaceleração desse tempo. A história porta as explicações dos problemas nacionais, bem como a história da educação demonstra os motivos da nossa educação subdesenvolvida. Assim, romper com atraso é romper com as forças que conduziram à desaceleração do tempo histórico. Outro ponto em comum entre os dois era a superação de uma contradição principal: a distância da modernidade, dada pelo capitalismo dependente que recicla formas

<sup>66</sup> Foram consultadas as obras *Consciência e realidade nacional* (2005) de Vieira Pinto, *Educação não é privilégio* (2007) e *Educação - problema da formação nacional* (1958) de Anísio Teixeira.

centenárias de atraso no Brasil, dispostos a sistematizar uma superação das heranças coloniais.

Esse trabalho, então, tenta demonstrar a relação do contexto social e político brasileiro com o pensamento crítico que pairava neste período no qual se constituiu o quadro teórico em que se inscreveram alguns importantes intelectuais críticos. O movimento e momento político que procurei deixar claro, constituiu um cenário fértil para o pensamento latino-americano até os anos 1960. Hoje podemos nos perguntar em que momento perdemos tal perspectiva. Theotônio dos Santos, outro importante teórico da dependência dispara a este respeito em sua obra *Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas*, no qual analisa criticamente o impacto do golpe militar de 1964 no Brasil, destacando como ele interrompeu o avanço do projeto nacional democrático e alinhou o país a um modelo de desenvolvimento dependente, subordinado aos interesses do capital internacional: "O golpe de Estado de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado na capital internacional e em um ajuste estratégico com o sistema de poder mundial" (SANTOS, 2003, p.65).

A teoria da dependência, trazida anteriormente neste trabalho, se faz extremamente relevante e necessária nos dias atuais, especialmente ao analisarmos a profundidade da crise brasileira. Este é um momento oportuno para resgatar essa tradição que foi esquecida, traída e desqualificada pelo golpe militar que derrubou o governo constitucional do presidente João Goulart e, principalmente, ceifou a continuidade de um pensamento revolucionário.

Agora, voltando ao cerne da pesquisa, a educação e os estudantes. Compreender o objetivo do movimento estudantil como o de questionar a vida que terão que viver após concluir a faculdade é entender esse movimento como fundamental na formação intelectual do país, no que diz respeito ao seu desenvolvimento socioeconômico ao pensar o destino nacional. Assim, falar sobre o futuro da universidade no Brasil é pensar na juventude em sua totalidade, nas questões geracionais que são colocadas à prova dentro da vida universitária, e desejar uma universidade melhor é deselitiza-las, pensar melhor no crescimento da burocracia, e como isso diminui a soberania universitária com seu papel social que se perderia nas entrelinhas, e por fim, entendê-la como instituição fundamental de

uma sociedade, necessária a filtrar hierarquias até como legitimá-las. De acordo com Darcy Ribeiro (1975), essas alterações não trariam grandes transformações na sociedade e sim emergiria uma nova<sup>67</sup>. É importante destacar aqui, esse grande intelectual e a sua relevância para essa pesquisa, no sentido de seu pensamento, obras e como idealizador de universidades na América Latina. Ribeiro sempre teve a preocupação com a ampliação e democratização do ensino superior, além da contribuição para trazer sentido à gênese do que deveria ser a Universidade, em especial, no Brasil, pela transformação de sua estrutura e funcionamento, assim, é preciso dar a devida importância à sua dedicação de uma vida toda em contribuir para a sociedade brasileira.

O pioneirismo da UnB no ano de sua criação, 1962, aparecia finalmente com um novo sentido do que uma universidade deveria ser e ao que deveria se dedicar, fundamentalmente, Darcy Ribeiro explica em sua obra *Universidade para que?*, que a dedicação aplicar-se-ia aos interesses sociais e que estaria em constante diálogo cultural com a sua própria sociedade e com todo o mundo, proporcionando a emancipação dos estudantes, estimulando o questionar e o pensamento crítico (RIBEIRO, 1986). Como diz Darcy: “o Brasil, entendido como seu povo e seu destino, é nosso tema e nosso problema” (RIBEIRO, 1986, p. 14).

Em consonância com esse pensamento, essa pesquisa defende que não é possível a universidade ser a dirigente da mudança da estrutura da sociedade pois o capitalismo não deixaria isso acontecer, já que as classes dominantes agiriam para impedir, porém, o capitalismo não consegue impor homogeneamente sua vontade na universidade, a não ser que ela se faça cúmplice, mas as contradições dentro da estrutura escolar são latentes e o capitalismo perde o controle dentro delas. Seja para manter o *status quo*, seja para atingir ideais, a universidade se faz sempre como instrumento conflitante. Esse é o verdadeiro caráter da reforma aqui estudada, entender que ela foi a maneira mais próxima que o Brasil chegou de mudanças estruturais que de fato fariam diferença na luta contra a dependência e para a abertura de possíveis frentes revolucionárias.

Assim, espero com essa conclusão, ter explicitado o que o trabalho se propôs a compreender, e que contribua para as Ciências Sociais a partir do esforço de

---

<sup>67</sup> Para se aprofundar no debate sobre a função da universidade pública, junto ao diálogo com Darcy Ribeiro, ler *Da universidade necessária à universidade para além do capital* (NOVAES, 2024).

retomar o estudo deste momento histórico dos anos 1960 no Brasil, tão decisivo e mal compreendido, para que seja absorvido pelos leitores e entendido como fruto de uma necessidade social, que coloca em análise histórica a realidade nacional, para que seja compreendida em seus aspectos mais contraditórios, e conseqüentemente, construir a possibilidade de superá-la<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Este trabalho faz parte do grupo de pesquisa CNPq, Pepo - Pensamento Político Brasileiro e Latino Americano, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angélica Lovatto.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. S. Paulo: Educ, 1995.

ALMEIDA, Rodrigo Davi. **As posições políticas de Jean-Paul Sartre e o Terceiro Mundo (1947-1979)**. 2010. 261 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2010.

ALVES, Aluísio. **Discurso do governador Aluísio Alves**. *Em Aberto*, Brasília, v. 26, n. 90, p. 163-165, jul./dez. 2013.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld; PEREIRA, Bruno Rodrigues. **Estruturalismo latino-americano, teoria do desenvolvimento e a tradição da economia política clássica**. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 69, p. 13-41, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.69585/2595-6892.2024.1121>

BLACK, Clarissa. **A dualidade de Furtado e Rangel e a abordagem “antidualista” da Escola de Sociologia da USP**. *Revista De Economia*, 43(81), 342–371. 2023.

BOITO, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo: Hucitec, 1991.

CALIL, Gilberto. **O populismo e a hegemonia burguesa na América Latina**. *História & Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon, n. 4, julho, 2007, p. 27-33.

DA SILVA GONZAGA, Arnon Abner; LUCIANO, Daniel Alves Rodrigues; SEABRA, Raphael Lana. **A ORM-POLOP E A FORMAÇÃO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: AS CONTRIBUIÇÕES DE THEOTÔNIO DOS SANTOS E RUY MAURO MARINI**. Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa, v. 2, n. 1, 2016.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania**. *Revista Brasileira de História*. Vol.14, n.27, p.61-71, 1994.

DEL ROIO, Marcos. **De um século a outro: trajetória e atualidades da questão comunista no Brasil**. In: Mazzeo, A. C. e LAGOA, M. I. (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS, Reginaldo Benedito. **A História da Ação Popular**. A Terra é Redonda, 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-historia-da-acao-popular/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa: ensaio de interpretação sociológica**. Editora Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A formação política e o trabalho do professor**. Marília: Lutas anticapital, 2019.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. **Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular**. In: Idem e REIS, Daniel Aarão. (organizadores) *As Esquerdas no Brasil 2. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2007.

FERREIRA, Jorge. **O Partido Comunista Brasileiro e o Governo João Goulart**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 113-134, dez. 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FURTADO, Celso. **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965. (Síntese, Dezembro de 1962)**. In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (org.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional: 1964**. Brasília: Presidência da República, 1964.

GOULART, João. **Discurso do presidente João Goulart**. *Em Aberto*, Brasília, v. 26, n. 90, p. 165-168, jul./dez. 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAGUARIBE, Hélio. **O ISEB e o desenvolvimento nacional**. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

LACLAU, Ernest. **Política e ideologia na teoria marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo: Estágio Superior do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LOVATTO, Angélica. **Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira**. São Paulo: PUC, Tese de Doutorado, 2010.

LOVATTO, Angélica. **Partidos, sindicatos e movimentos sociais nos anos 1950-64: balanço histórico-bibliográfico preliminar**. Aurora: Revista dos Discentes de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP-Marília, Marília, v. 5, n. 1, p. 196–212, dez. 2011.

LOVATTO, Angélica. **ISEB: do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira**. *Princípios*, 40(162), 09–40, 2021. <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.002>

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAGALHÃES, Henrique. Comício da Central do Brasil – Discurso completo (João Goulart, 1964). *YouTube*, 26 de junho de 2021. 1h05min03s. Disponível em: <https://youtu.be/RbjTa0rnRoc>.

MAGALHÃES, Sérgio. **Prática de Emancipação Nacional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

MARINI, Ruy Mauro. ***Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini***. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

MARTINI, R. R. **Os Intelectuais do ISEB, cultura e educação nos anos cinquenta e sessenta**. Aurora: Revista dos Discentes de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP-Marília, Marília, SP, n. 5, dez. 2009, p.59-67.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEIRELES, Monika; BADILLO-REGUERA, Jonatan. **Binômio regionalismo-desenvolvimento: contribuições teóricas do estruturalismo latino-americano**. Revista Tempo do Mundo, Brasília, v. 30, p. 89-122, dez. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art3>

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. **A experiência da História Nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de história no Brasil nos anos 60**. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1990.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005

MOTA FILHO, Antonio Vogaciano Barbosa. **Um Estudo do Plano Trienal**. 2012. TCC - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza-CE, 2012.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (org.). **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006

MUNTEAL, Oswaldo. **As reformas de base na Era Jango**. 2008. Tese (Pós-Doutorado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: expressão popular, v. 2012, 2011.

NOVAES, Henrique Tahan. **Da universidade necessária à universidade para além do capital**. Marília: Lutas Anticapital, 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo, SP: Xamã, 2004.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Julio Antonio Mella: textos escolhidos**. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2022.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, v. 23, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Paz e Terra, 1975.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?** Brasília: Editora UnB, 1986. (Série UnB)

SADER, Emir. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Ed. Página Aberta, 6a.ed., 1992

SANTOS, Raphaela de Almeida. **CGT - Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil: movimento sindical e luta política (1960-1964)**. 2017. 188 f. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2003.

SAYED, Adnan Abdallah El. **Reformas de base e desenvolvimento econômico: uma análise do papel da educação e das instituições no projeto nacional-desenvolvimentista de Goulart.** 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, Estevam. **61 anos da Campanha Nacional de Alfabetização.** Opera Mundi, 2024.

SILVEIRA, Ênio. Prefácio. In: Barcellos, Jalusa. **CPC da UNE - uma história de paixão e consciência.** [Depoimentos]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil.** Campinas, Editora da Unicamp, 1986. Republicada em 1998 pelo Instituto de Economia da Unicamp.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. **Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil.** Santiago: CEPAL, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação - problema da formação nacional.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.29, n.70, abr./jun. 1958. p.21-32.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora UDFBA, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias.** São Paulo: Ática, 1977.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ideologia e desenvolvimento nacional.** 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **A questão da universidade.** Cortez Editora, 1986.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v.

WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.